

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data / /
Cod. NºD 00298

RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO
PROJETO CORREDORES
ECOLÓGICOS AOS POVOS
INDÍGENAS DO MÉDIO E DO ALTO
SOLIMÕES

Deborah de Magalhães Lima

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Metodologia do trabalho	3
3. Equipe de consultores e acompanhantes da Funai e Ibama	4
4. Consulta aos Povos Indígenas do Médio Solimões	5
4.1 Representatividade.....	5
4.2 Especificidade dos Povos e Terras Indígenas do Médio Solimões	6
4.3 Relatórios dos 11 Grupos do Médio Solimões	8
4.4 Síntese das sugestões dos povos indígenas do Médio Solimões	18
4.5 Observações finais	19
5. Consulta aos Povos Indígenas do Alto Solimões	20
5.1 Representatividade.....	20
5.2 Particularidades dos Povos e Terras Indígenas do Alto Solimões	21
5.3 Relatórios dos 12 grupos do Alto Solimões	23
5.4 Problemas ambientais e sugestões dos Ticuna para o PCE	35
5.5 Observações finais	36
6. Sobreposições entre TIs e UCs	37
7. Observações finais - elementos para a definição de um PDPI no PCE	38
8. Lista dos participantes dos grupos das três reuniões	41

RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS AOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO E DO ALTO SOLIMÕES

Deborah de Magalhães Lima

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é uma contribuição à consulta a quatro núcleos de populações indígenas incluídas nas terras do Corredor Amazônico Central do Projeto Corredores Ecológicos, Ibama/PPG7: terra indígena Waimiri-Atroari e lideranças indígenas do Leste do corredor, terras indígenas do Médio Solimões, terras Ticuna do Alto Solimões e terras indígenas da Bacia do Japurá.

Seguindo as orientações contidas nos Termos de Referência, os principais objetivos da consultoria foram:

- Realizar consultas às populações das terras indígenas nas áreas do Corredor Ecológico Central da Amazônia a fim de informá-las sobre o Projeto Corredores Ecológicos (PCE), enfatizando a relevância da conservação da biodiversidade em larga escala para o usufruto indígena dos recursos naturais existentes em suas terras.
- Coordenar os trabalhos de levantamento das informações disponíveis sobre o contexto sócio-econômico e ambiental das terras indígenas e do entorno, tendo em vista a preparação e a implementação de estratégias de conservação e de manejo comunitário, a serem desenvolvidas em parceria com as populações indígenas durante a efetividade do projeto.

2. METODOLOGIA DO TRABALHO

O trabalho de campo para apresentação da proposta da criação dos Corredores Ecológicos para povos indígenas do Médio e do Alto Solimões consistiu essencialmente da realização de três reuniões onde estiveram representadas 7 etnias de 28 das 44 terras indígenas incluídas no corredor amazônico central. Informações adicionais foram obtidas a partir de entrevistas particulares com lideranças indígenas, membros da Funai, Ibama e de diversas ONGs locais. Todas as reuniões foram organizadas por associações indígenas e realizadas em aldeias.

A metodologia adotada permitiu uma ampla divulgação do PCE mas as informações específicas sobre cada terra indígena, coletadas durante as reuniões de trabalho, não puderam ser exaustivas. O número relativamente alto de terras indígenas existentes no Médio e no Alto Solimões impossibilitou que os levantamentos sobre a situação sócio-ambiental particular de cada terra fossem aprofundados. Mesmo limitados, na maioria dos casos, os dados fornecidos pelos grupos constituem a única fonte de informações atualizadas sobre suas áreas. A opção metodológica em favor de reuniões representativas, em lugar de visitas pontuais, foi tomada para garantir que uma audiência maior de lideranças das terras indígenas fosse informada sobre o PCE e pudesse opinar sobre sua implementação. As sugestões apresentadas pelas lideranças indígenas foram bastante concretas e, em seu teor, compatíveis com a proposta do PCE.

A reunião de trabalho do Médio Solimões, organizada pela UNI-Tefé, se deu entre os dias 11, 12 e 13 de julho de 1998 na aldeia Betel da terra indígena Ticuna (Ticuna, Kambeba e Kokama) da Barreira da Missão. Entre os Ticuna do Alto Solimões, foram realizadas duas reuniões com suas

lideranças devido à divisão dos capitães em duas organizações distintas mas que se propõem, cada uma delas, a representar o povo Ticuna desta região: o Conselho Geral da Tribo Ticuna (Cgtt) e a Federação das Organizações das Comunidades e Caciques da Tribo Ticuna (Foccitt). A primeira reunião, organizada pela Cgtt, foi realizada na aldeia do Paraná do Ribeiro, terra indígena Ticuna Évare II, entre os dias 16 e 17 de julho. A segunda reunião, organizada pela Foccitt, ocorreu na aldeia de Feijoal da terra indígena de mesmo nome, durante os dias 18 e 19 de julho de 1998.

Um mesmo roteiro geral foi empregado nas três reuniões com algumas variações determinadas pelas diferenças no tempo concedido para apresentação do PCE nas pautas preparadas pelos organizadores, tamanho da audiência, domínio da língua portuguesa, infra-estrutura local e condições do tempo. O roteiro geral consistiu de uma apresentação selecionada do PCE que incluiu os aspectos mais relevantes do projeto e suas conseqüências para os povos indígenas. As explicações foram ilustradas com a apresentação de um mapa preparado pelo ISA com a localização dos corredores ecológicos planejados e do corredor amazônico central, apresentação esta que conduzia a uma discussão sobre a diversidade da ocupação humana e status jurídico das áreas atingidas. Atenção especial foi dada à idéia de conectividade das ações do projeto. Também foi feita uma explicação detalhada da dimensão e especificidade dos projetos a serem financiados pelo PCE e apresentados, como opções para projetos comunitários e de demarcação, outros componentes do PPG7 (PDI e PPTAL). Material de divulgação do PCE preparado especialmente para esta consulta foi distribuído e explicado para as audiências das três reuniões.

Após uma sessão de perguntas e esclarecimentos, era introduzida uma discussão sobre a situação dos recursos naturais e a importância de medidas de conservação e manejo para garantir a sobrevivência dos povos indígenas em suas terras. Em seguida, a reunião era conduzida na forma de trabalhos de grupos. A composição dos grupos era definida pelos organizadores sendo que o principal critério adotado foi o de vizinhança. Era passado um pequeno questionário para levantar dados referentes à situação sócio-econômica das áreas representadas pelos participantes dos grupos, a situação de escassez de recursos naturais, ocorrência de conflitos e ameaças à integridade do ambiente nas terras indígenas, entre outras informações. Estas questões conduziam o grupo a uma reflexão sobre possíveis soluções para seus problemas ambientais que formaram a base de suas sugestões para implementação do PCE.

O trabalho em grupo permitiu acompanhar de perto o entendimento do PCE pelas lideranças e deu chance a que se sentissem mais à vontade para discutir suas idéias e apresentar sugestões. Os participantes da equipe de consulta se dividiram para ajudar a redação dos relatórios dos grupos e responder às dúvidas conceituais que surgiam. Após a conclusão dos trabalhos em grupo, estes eram apresentados à audiência para que as sugestões de cada grupo fossem conhecidas e eventualmente debatidas pelos presentes. Cópias xerox dos relatórios preparados pelos grupos foram entregues à associação indígena que organizou cada reunião.

Durante as reuniões, foi enfatizado repetidamente o objetivo informativo da consulta para evitar a geração de expectativas de atendimento das demandas levantadas. O objetivo das reuniões era descrito como o de estabelecer um diálogo entre os representantes dos grupos indígenas e os responsáveis pelo PCE, diálogo este mediado pelos consultores. O PCE foi descrito como um projeto que visa não a imposição de ações e medidas de conservação e manejo mas um projeto em construção, que pretende reunir diversos segmentos sociais que residem na área do corredor, incluindo os povos indígenas, para que definam, a partir de uma abordagem participativa e coletiva, as principais ações que o projeto irá financiar.

3. EQUIPE DE CONSULTORES E ACOMPANHANTES DA FUNAI E IBAMA

Durante a reunião com os povos indígenas do Médio Solimões, a antropóloga Deborah Lima, responsável pela organização das consultas aos povos indígenas do Médio e Alto Solimões, trabalhou em parceria com o antropólogo Jorge Pozzobon, responsável pela consulta aos povos indígenas do Rio Japurá. As três reuniões no Médio e Alto Solimões contaram com a presença e

colaboração da antropóloga Ana Costa (Funai/Pptal - Brasília) e do geólogo Leonardo Resende (Departamento de Meio Ambiente/Funai - Brasília). As duas reuniões do Alto Solimões foram acompanhadas e receberam a colaboração da engenheira florestal Olatz Cases (Supes/Ibama - Manaus). Manuel Moura, líder Tucano residente em Tabatinga, participou das reuniões no Alto Solimões e deu assistência a dois grupos nos seus trabalhos de redação e discussão.

A realização das reuniões só foi possível graças aos esforços despendidos pelos líderes indígenas André Cruz (reunião da Barreira da Missão), Pedro Inácio e Nino Fernandes (reunião do Paraná do Ribeiro) e Constantino Ramos Lopes (reunião de Feijoa), responsáveis pela convocação, transporte, alojamento e alimentação de mais de 300 pessoas ao todo, incluindo os participantes, ouvintes, acompanhantes e ajudantes das três reuniões.

4. CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES

4.1 REPRESENTATIVIDADE

A reunião realizada na Barreira da Missão contou com 89 participantes, representantes de:

- 15 Terras Indígenas das etnias Mayoruna, Miranha, Ticuna, Kambeba, Kokama, Kulina e Kanamari, representadas por seus primeiros e/ou segundos tuxauas, professores, agentes de saúde, parteiras e mulheres indígenas,
- Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões,
- Cimi – Tefé,
- Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé,
- Funai – PINs de Tefé, Jutai e Juruá/Kumaru Lago do Ualá,
- Ibama Tefé;
- Projeto Mamirauá e
- UNI-Tefé.

Esta audiência cobriu 75% das terras indígenas do Médio Solimões, conforme especificado nas tabelas 1 e 1.2, e as principais instituições que dão assessoria e apoio aos povos indígenas da região.

Tabela 1: Dados gerais sobre as T.I. localizadas no M. Solimões e Japurá representadas na reunião

N.º	Terra Indígena	Grupo	Município	Aldeias representadas	Pop*	Área (ha)
1	Igarapé Grande	Kambeba	Alvarães	Igarapé Grande	22	551
2	Méria	Miranha	Alvarães	Méria	45	585
3	Marajá	Mayoruna	Alvarães	Marajá	203	1.196
4	Barreira da Missão	Kokama	Tefé	Nova Esperança (Kokama), Betal (Kambeba) e Barreira de Cima (Ticuna)	474	1.772
5	Jaquiri	Kambeba	Maraã	Jaquiri	55	1.820
6	Tupã-Supé	Ticuna	Alvarães	Tupã-Supé	32	5.039
7	Paraná do Lago Paricá	Kanamari	Maraã	Patuaá	60	8.220
8	Estrela da Paz	Ticuna	Jutai	Boa Vista (Kokama), Bugaio ou Estrela da Paz (Ticuna, Kokama e Kambeba) e Inglaterra	383	12.876
9	Ig. Acapuri de Cima	Kokama	F. Boa	Acapuri de Cima	104	15.000
10	Kumaru do Lago Ualá	Kulina (Madijá)	Juruá	Kumaru, Maapiranga, Morada Nova e Pauapixuna	400	17.000
11	Porto Praia	Ticuna	Uarini	Porto Praia	112	22.000
12	Cuiú-Cuiú	Miranha	Maraã	Vila Nova, São José e Nova Estrela	150	36.310
13	Espírito Santo	Ticuna	Jutai	Novo Progresso	58	38.000
14	Macarião	Ticuna	Jutai	Sta. Fé (Ticuna e Kokama), Bacabal e Castanhal (Ticuna)	404	44.267
15	Maraã-Urubaxi	Kanamari Maku	Maraã	São Francisco	68	80.000

(*) Dados populacionais fornecidos pelos representantes das terras indígenas.

Entre as cinco áreas que não mandaram representantes, listadas na tabela 1.2, apenas Miratu fica próxima ao local da reunião, enquanto as outras estão muito afastadas. Com relação à área

Kulina Juruá, os chefes dos PI de Kumaru, do Lago Ualá, Jutai e Tefé declararam desconhecer tanto seus habitantes quanto a terra indígena.

Tabela 1.2 Terras Indígenas localizadas na região do Médio Solimões, incluídas no Corredor Central da Amazônia, mas não representadas na reunião da Barreira da Missão.

Nº	Terra Indígena	Grupo	Município	UF	Área (ha)
1	Miratu	Miranha	Uarini	AM	13.199
2	Rio Biá	Katukina	Foz do Jutai	AM	1.185.791
3	Riozinho	Ticuna e Kulina	Jutai	AM	S.L
4	Auati-Paraná	Ticuna	Tonantins/Fonte Boa/Alvarães	AM	127.199
5	Juruá	Kulina	Juruá	AM	37.600

4.2 ESPECIFICIDADE DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES

O agrupamento dos povos e terras indígenas do Médio Solimões, além de sua base geográfica, tem um sentido político relacionado à associação destes povos à UNI-Tefé. Por sua vez, a área de atuação da UNI-Tefé tem ligação com a área de trabalho da Prelazia de Tefé e das organizações a ela associadas, como sua assessoria jurídica e o Cimi (ver mapa da área de atuação da Prelazia de Tefé, em anexo). A esta unidade política, somam-se características da economia regional, centrada na cidade de Tefé, e particularidades da identidade indígena da maioria das etnias que compõem este grupo.

Das sete etnias existentes, Miranha, Mayoruna, Kambeba, Kokama, Ticuna, Kanamari e Kulina, apenas estas duas últimas mantêm sua língua indígena viva. Para os outros grupos (incluindo os Ticuna, que no Alto Solimões mantêm a língua e suas principais tradições preservadas), a identidade étnica e os traços diacríticos estão, aparentemente, mais ligados à sua relação com a terra e ao seu engajamento ativo nas organizações indígenas regionais do que à preservação de sua cultura tradicional. A identidade *indígena*, comum a esses grupos étnicos e definida em sua oposição à dos "brancos" ou "não índios", parece, em uma observação preliminar, ter maior importância do que a que é conferida por suas identidades étnicas específicas. Em outras palavras, a identidade genérica de *Índio*, seja Mayoruna ou Miranha ou outro, tem maior força política do que as identidades étnicas particulares. A definição da identidade étnica específica destes povos que apresentam pouca vivência ou lembrança das tradições culturais dos antepassados se baseia na descendência traçada e mesmo nas relações de afinidade estabelecidas. Em consequência, diferenças e atritos entre essas etnias são minimizadas e sua identidade comum, fortalecida.

Por esse motivo, enquanto existe um número maior de etnias no Médio do que no Alto Solimões, a unidade política entre estes sete grupos parece ser maior do que a que atualmente existe entre os indígenas do Alto Solimões. Mesmo sendo dominada por uma única etnia, os Ticuna, suas duas organizações políticas, as organizações dos professores, agentes de saúde e de missionários, formam um mosaico de representações indígenas no Alto Solimões que, no momento, enfrentam dificuldades de articulação política. No que tange aos interesses do PCE, portanto, o contexto pluri-étnico encontrado no Médio Solimões aparentemente não constitui obstáculo ou dificuldade à definição e implementação de um plano de ação indígena (ao contrário da situação do Alto Solimões, como será discutido).

O uso dos recursos naturais pelos grupos indígenas do Médio Solimões está ligado à economia de mercado desta região. A demanda seletiva de produtos e a relação de aviação com regatões constituem fatores determinantes do tipo de uso e da intensidade de exploração do ambiente. A produção rural, tanto dos índios quanto dos ribeirinhos, possui diferenças associadas ao tipo de ambiente ocupado pela população. A pesca e a extração de madeira constituem as principais produções na várzea, onde a agricultura é limitada pelas condições sazonais e extensão das faixas de terra para cultivo (restingas). Na terra firme, a coleta de castanha e a agricultura são as principais produções. A sazonalidade da produção na várzea está ligada à variação do nível

d'água do rio que define períodos de cheia, vazante, seca e enchente. Na terra firme, os ciclos de produção estão ligados à variação sazonal da intensidade das chuvas que define o inverno e o verão da Amazônia.

Nas áreas mais distantes das cidades, a população depende do comércio com o regatão, comerciante itinerante que substituiu o patrão tradicional que residia na área rural e mantinha o barracão como centro do comércio. A relação de crédito estabelecida com o regatão, embora mais flexível do que com o patrão tradicional, constitui um obstáculo para o desenvolvimento de um mercado mais competitivo, que ofereça condições de comercialização mais favoráveis para os produtores. Para os povos que residem próximo aos centros urbanos, principalmente o maior deles, Tefé, que podem vender sua produção sem dependerem de intermediários, a situação é melhor. Também melhor é a situação das terras localizadas ao longo do Solimões, onde há mais movimento de barcos e as condições de mercado são mais favoráveis do que nos rios afluentes. Nestes rios, existe um número menor de regatões que estabelecem relações de troca ainda mais desfavoráveis.

Considerando apenas as Terras Indígenas presentes à reunião do Médio Solimões, estas possuem uma população total de 2.570 habitantes e ocupam uma área de 284.636 ha (seriam 1.648.425 ha, contando as terras que não compareceram). A densidade demográfica nestas terras varia de aproximadamente 27 hab/km² a 0,1 hab/km², como indicado na tabela 1.3. As maiores densidades são encontradas nas terras menores e mais próximas às cidades de Tefé e Alvarães, preferidas por oferecerem melhores condições de comercialização e acesso às facilidades urbanas.

Tabela 1.3 - Densidade demográfica das TI do Médio Solimões representadas na reunião da Barreira da Missão, segundo dados populacionais fornecidos pelos presentes.

Terra Indígena/Grupo	População	Área (ha)	Hab./km ²
Barreira da Missão/Kokama	474	1.772	26,7
Marajá/Mayoruna	203	1.196	17,0
Méria/Miranha	45	585	7,7
Igarapé Grande/Kambeba	22	551	4,0
Jaquiri/Kambeba	55	1.820	3,0
Estrela da Paz/Tukuna	383	12.876	3,0
Kumaru do Lago Ualá/Kulina (Madijá)	400	17.000	2,4
Macarrão/Tukuna	404	44.267	0,9
Paraná do Lago Paricá/Kanamari	60	8.220	0,7
Igarapé Acapuri de Cima/Kokama	104	15.000	0,7
Tupã-Supé/Tukuna	32	5.039	0,6
Porto Praia/Tukuna	112	22.000	0,5
Cuiú-Cuiú/Miranha	150	36.310	0,4
Espírito Santo/Tukuna	58	38.000	0,2
Maraã-Urubaxi/Kanamari Maku	68	80.000	0,1
	$\Sigma=2.570$	$\Sigma=284.636$	$\chi=4,53$

Nas terras onde há maior densidade demográfica, a escassez de recursos básicos, destinados ao consumo alimentar da população como o peixe e a caça, é mais grave. Em áreas como na Barreira da Missão, a alimentação básica das famílias é obtida através da pesca realizada fora da terra indígena ou adquirida no mercado de Tefé.

Os principais problemas ambientais nesta região estão ligados à competição por recursos naturais explorados por métodos extrativistas: a caça, a madeira, a castanha e o peixe. A indefinição das propriedades de várzea e mesmo de terra firme, somada ao desrespeito pelos limites das terras indígenas e unidades de conservação são responsáveis pelos conflitos entre invasores e moradores que defendem seu direito de usufruto exclusivo, usufruto este na maioria das vezes

defeendido por um grupo local (“a comunidade”). Ribeirinhos e índios entram em conflito com padrões de madeira e peixe, e disputam entre si direitos de exploração dos recursos naturais. Já os conflitos ligados à produção agrícola, geralmente associados à ocupação da terra e constituição de “posses”, ocorre em alguns casos somente, principalmente nas terras indígenas com problemas de retirada de posseiros de ocupação anterior à demarcação.

O crescimento populacional, avanço tecnológico e desenvolvimento do mercado são as principais causas do aumento da pressão sobre os recursos naturais e portanto do aumento dos conflitos relacionados à competição pelos mesmos. Em consequência, a escassez das principais espécies de peixe, madeira e caça é evidente e faz com que a questão ambiental seja uma demanda urgente e comum aos pequenos produtores, índios e ribeirinhos, que moram na área rural do médio Solimões.

4.3 RELATÓRIOS DOS 11 GRUPOS FORMADOS POR REPRESENTANTES DAS T.I E ORGANIZAÇÕES INDIGENISTAS DO MÉDIO SOLIMÕES SOBRE: O USO DOS RECURSOS NATURAIS, PRINCIPAIS CONFLITOS, SEU RELACIONAMENTO COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUGESTÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PCE

As informações a seguir se baseiam nos relatórios escritos pelos próprios participantes dos onze grupos ou a partir de seus testemunhos. Os relatórios seguiram um roteiro comum. Foi solicitado que descrevessem a situação dos recursos naturais em suas áreas, os tipos de usos e atividades tradicionais, os conflitos envolvendo recursos naturais e, quando aplicável, sua experiência com vizinhança ou sobreposição a unidades de conservação. As declarações não foram aprofundadas ou conferidas, dado o tempo disponível, a limitação numérica das fontes de informação que produziu uma amostra enviesada e a falta de condições para checar essas informações. Servem portanto como indicadores muito básicos acerca das situações particulares dos recursos naturais nas Terras Indígenas representadas na reunião.

Quanto às sugestões para implementação do PCE, as declarações apresentadas nos relatórios se referem a comentários de seis sugestões coletivas, dadas pela audiência durante o debate que se seguiu à apresentação do projeto. Estas sugestões foram escritas no quadro negro e os grupos foram convidados a comentá-las, segundo suas próprias perspectivas. Foram elas:

- Criação de um sistema regional de fiscalização das terras indígenas.
- Acelerar as demarcações, consideradas condição prévia a qualquer esforço de conservação.
- Fortalecer as instituições governamentais responsáveis pelo apoio e efetivação das atividades de vigilância (Ibama, Funai, Polícia Federal, Ministério Público, Incra, Idam etc.).
- Fortalecer as parcerias existentes entre os povos indígenas e não governamentais como Cimi, Prelazia, Uni-Tefé, Projeto Mamirauá etc.
- Realizar estudos de potencial econômico nas diversas regiões para assessorar projetos que visem a geração de alternativas econômicas, redução da dependência e da pressão de exploração dos recursos naturais e melhoramento da renda econômica dos povos indígenas.
- Criação de entrepostos comerciais e redes de comércio indígena para reduzir a dependência do comércio com o regatão e aumentar a renda.

GRUPO 1. TI TICUNA ESTRELA DA PAZ

MUNICÍPIO DE JUTAI

PARTICIPANTES DO GRUPO: Afonso Maricaua (capitão Kokama) e Francisco Romão dos Santos (vice-capitão Ticuna)

ALDEIAS REPRESENTADAS: Bugaio (Estrela da Paz) e Boa Vista.

precisam de assistência técnica para o plantio da samaumeira pois não sabem reconhecer a semente, e para o plantio de andiroba, pois não há mudas. A área de Espírito Santo – Novo Progresso gostaria de seguir o exemplo de preservação de Acapuri de Cima. Em sua área, que possui 48 lagos, gostariam de reservar oito lagos para preservação. Há um passarela no meio desses lagos, que gostariam de preservar para ficar para o futuro – nem os índios vão tocar. Querem assistência do Ibama e uma diária para um índio fiscalizar.

GRUPO 3. TI TICUNA PORTO PRAIA E TI JAQUIRI (KAMBEBA)

MUNICÍPIOS DE UARINI E ALVARÃES

PARTICIPANTES DO GRUPO: Adelmo Sevalho Pinto, Juvenal Macário, Ademar da Rocha, Elane da Silva Ferreira, João Fernandes Cruz, Antônio Barbosa, José Nivaldo Pontes, Roberto Fernandes Cruz, Maria Celina dos Santos, Solange Fernandes Cruz, Inês Marques, Maria Lúcia Fernandes Cruz, Leonilda Cruz, Marilene F. Cruz, Andrina Marques Cruz.

ALDEIAS REPRESENTADAS: Jaquiri e Porto Praia.

INFORMAÇÕES GERAIS: Jaquiri e Porto Praia, com 55 e 112 habitantes respectivamente, estão localizadas na RDS Mamirauá, em área de várzea. Como atividades econômicas, praticam a pesca, a extração de madeira e cultivam mandioca, banana, feijão, macaxeira, milho e melancia, atividades sazonais, ligadas à variação do nível d'água. A comercialização da produção é prejudicada pelos preços da produção em relação aos das mercadorias (ex. Caixa de banana R\$2,50 e quilo da bolacha R\$3,00). Identificam como recursos escassos, a madeira, o peixe e a caça.

As invasões estão ligadas à pesca (os lagos são invadidos na época da seca), extração de madeira (na cheia) e a caça (nos dois períodos).

Quanto ao relacionamento com a RDS Mamirauá, Porto Praia acha que a coordenação do projeto *“não conscientiza os ribeirinhos da reserva pois eles entram na reserva alegando que o projeto autoriza, mas não permite que os índios entrem nas áreas deles”*. A relação entre ribeirinhos e moradores de Porto Praia tem sido marcada por conflitos mesmo antes da criação da reserva e se agravou tanto com sua decretação quanto com a identificação da terra indígena, que inclui extensa área de uso dos ribeirinhos. Já para Jaquiri, cuja área foi demarcada antes da decretação da reserva, a relação com o Mamirauá é considerada positiva pois fortaleceu a proteção de sua área.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – *Para o grupo, um sistema de fiscalização deve incluir a capacitação de agentes ambientais das comunidades indígenas. Deve ter a participação direta da coordenação da Uni-Tefé com as lideranças das aldeias para manter os participantes integrados. Enfatizam a necessidade da fiscalização ser contínua. Os agentes devem ser remunerados e a fiscalização incluir equipamentos adequados, como rádios, transporte (bote e motor de 40 HP) e flutuantes localizados nos canos dos lagos, que devem ter manutenção contínua.*
- **DEMARCAÇÃO** – *Poderia ser feito um grande seminário para acelerar a demarcação e que desse seminário fosse elaborado um documento dirigido ao Presidente da República e ao ministro.*
- **FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL** – *As instituições devem ser fortalecidas mas desde que nelas estejam contratadas indígenas competentes (ou organizações indígenas) para acompanhar o desenvolvimento das atividades e aplicação das verbas.*
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – *A idéia do entreposto comercial e rede indígena de comércio foi explorada pelo grupo. Açam que deveria ter um posto central na região e que cada área tivesse um posto filial. O posto central deve ser ligado a uma indústria para comprar e*

INFORMAÇÕES GERAIS: A área possui três aldeias: Boa Vista, com 150 moradores, situada em várzea, Estrela da Paz, 233 habitantes, localizada rio acima, na ressaca do Bugaio e Inglaterra. Em Bugaio moram índios das etnias Ticuna, Kokama e Kambeba, sob a liderança dos Ticunas. Já na parte de baixo, os líderes são Kokama. Embora haja esta separação política, trabalham juntos na preservação. A principal atividade econômica é a agricultura. Plantam mandioca, banana, melancia, pupunha, cupuaçu e macaxeira. Também extraem castanha e têm uma produção de artesanato. Pescam só para subsistência e não há madeira em sua terra. Declararam que toda a madeira foi extraída antes de tomarem conta da área em 1959 (r). A produção é vendida diretamente em Jutai, transportada por canoa a remo, ou para o regatão, que paga preços mais baixos pela produção.

Acham que ainda há muita terra. Não ocuparam nem a terça parte de sua área, que possui buriti, pataú e seringa ainda não explorados.

Têm tido problemas de invasão. Recentemente tiveram que expulsar um posseiro que havia inclusive recebido financiamento bancário para plantar mandioca. Em uma praia, Tambaqui, há grande número de turistas no verão, provenientes de vários lugares, incluindo Tefé, que usam a praia para fazer piquenique. Nessa praia, denunciam que não há mais “bicho de casco”(quelônios) como antigamente.

Ressentem-se das deficiências nas condições de saúde e educação na área. Precisam de posto de saúde, transporte para doentes, medicamentos e cursos de reciclagem para o agente de saúde. Para a educação necessitam de apoio no fornecimento de material didático e garantia de pagamento pois seu salário não tem dia de pagamento certo.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- FISCALIZAÇÃO – *Deve ser a principal atividade a ser desenvolvida. Necessitamos de transporte para fazer a fiscalização das áreas de baixo e de cima.*
- FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E DAS PARCERIAS – *O serviço da Funai e do Ibama deve ser melhorado. Quem mais dá apoio é a UNI-Tefé e o Cimi.*
- ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO – *Transporte para comercialização e recursos para aumentar a produção agrícola são suas principais demandas. Apoio e orientação para plantar café, castanha e desenvolver um projeto para plantar 5.000 mudas de cupuaçu. Ajuda para comercializar a produção pois na maioria das vezes não há para quem vender.*

GRUPO 2. TI ACAPURI DE CIMA (KOKAMA) E TI TICUNA ESPÍRITO SANTO

MUNICÍPIO DE FONTE BOA

PARTICIPANTES DO GRUPO: Benjamim Santiago (capitão Acapuri de Cima), Jucelino Neves Ferreira (capitão Kokama de Espírito Santo)

ALDEIAS REPRESENTADAS: Acapuri de Cima e Novo Progresso.

INFORMAÇÕES GERAIS: A TI Acapuri de Cima, identificada mas não demarcada, possui uma população de 404 índios; sua aldeia está localizada em terreno de várzea e a área possui 11 lagos. Praticam o manejo destes lagos, dos quais cinco são para uso geral, um lago é para procriação e cinco para conservação, onde já se observa grande quantidade de tambaqui. Só usam este lago em caso de necessidade: para uma reunião ou para cooperação. Na área de preservação, que fica na parte de baixo, não caçam nem tiram madeira.

As espécies de madeira encontradas na reserva são: samaúma, macacaúba, itaúba, cedro, virola, copaíba, assacu, macacaricuia, jacareúba, alguma muiratinga e nove estradas de seringa. Não exploram a madeira porque “*não sabemos curar e o comprador engana muito, por isso decidimos não tirar já que era só prejuízo*”. As principais produções são a pesca e a agricultura. Vendem o peixe em Jutai para comprar as suas necessidades. Plantam roça (mandioca), banana, melancia,

macaxeira, milho, coco etc. A banana é vendida e a roça só fazem para o consumo.

Há muita invasão na área por pescadores da foz do Jutai, ligada ao fato da terra não ser demarcada. Além da necessidade de demarcar sua área e receber apoio à fiscalização, reivindicam melhorias nas áreas de saúde (transporte, capacitação e salário para os agentes de saúde e construção de um posto), educação (material didático, merenda escolar e remuneração do professor) e na comercialização (transporte para vender a produção nos mercados urbanos).

A TI Espírito Santo é formada por duas aldeias, Espírito Santo e Novo Progresso, esta última possui uma população de 58 índios da etnia Kokama. A área é de várzea e possui 48 lagos que são alvo de invasões por peixeiros do município de Jutai e por outros de fora, que entram com barcos equipados com geleira ou caixas de isopor. Madeiros de Jutai também entram sem permissão, sem respeitar a área porque não está demarcada ainda. Está em fase de identificação pelo Pptal, com 38.000 ha. Sofrem as conseqüências da dificuldade do Ibama em atender suas denúncias pois só respondem quando recebem diárias.

As principais atividades são a pesca, principal produto de venda, a caça e o plantio de mandioca, banana, melancia, abacaxi etc. A pesca que praticam é comunitária. Possuem dois lagos de preservação onde também não tiram madeira. Gostariam de preservar efetivamente mas há muita invasão.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – *Atualmente, os próprios índios vigiam a área mas precisam de melhores condições para esta tarefa, principalmente transporte para levar as denúncias de invasão até o PI em Jutai. A remo, a viagem leva dois dias. Necessitam de proteção policial do Ibama porque os invasores ameaçam constantemente.*
- **DEMARCAÇÃO** – *Como não foram demarcadas, as duas áreas sofrem invasões por pescadores e madeiros, incentivados por patrões aviadores de Jutai, que declaram que só vão deixar de invadir quando as áreas forem demarcadas. Os posseiros, como o Sr Davi Coelho requerem também a indenização de posses, embora não tenham benfeitorias. Os índios sugerem que o PCE pressione o Pptal para acelerar a demarcação.*
- **FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL** – *Atualmente, não possuem apoio à sua causa. Atestaram que desde comerciantes, ribeirinhos e até o prefeito e vereadores (a esposa de D. Coelho é vereadora) foram contra os índios. A Funai local precisaria ser fortalecida para melhor apoiá-los. A instituição possui apenas um 30HP e um 25HP e um rádio. O Ibama treinou dois agentes ambientais voluntários porém o órgão não atende as denúncias dos índios por falta de recursos. Os agentes, José Rivaldo Macário, de Acapuri de Cima, e Ronaldo Carvalho Macário de Espírito Santo, não receberam credenciamento e estão de “mãos amarradas”, por falta de recursos. Acreditam que se recebessem recursos para melhorar suas condições de transporte, o problema poderia ser minimizado. Atualmente, há duas rabetas de propriedade particular que são sobrecarregadas pela comunidade inteira. Com relação a parcerias, não possuem apoio de instituições locais. Foram estas duas áreas indígenas e alguns ribeirinhos que fundaram o Gampa.*
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – *São prejudicados pelas condições do mercado em Jutai, onde não recebem bons preços pela produção. Têm uma produção farta de açaí, peixe liso e banana mas pagam pouco em Jutai. Se tivessem condições de transporte, levariam sua produção para Tefé, onde os preços são melhores. Por exemplo, o cacho de banana é vendido a R\$3,50 em Jutai e R\$7,00 ou R\$8,00 em Tefé. Precisam do apoio de um sistema de transporte para colocar a produção em Tefé (que dista, em um motor de centro, descendo o rio, 24 horas). A área foi farta em madeiras como a samaúma e itaúba mas foram sobre-exploradas. Informam que a samaúma foi quase esgotada de oito anos para cá. A itaúba, o acapu, o inamuí e o cedro foram “perseguidos” depois do estudo de delimitação. Sugerem o repovoamento da samaumeira, do cedro e a introdução da andiroba, que não existia antes. Informam que o cedro e a andiroba resistem às cheias se a copa não for coberta. Se for plantada na vazante, quando a água retornar, a muda já estará firme. Mas*

vender os produtos diretamente. Que os administradores sejam os próprios índios e que forneça barcos para transportar a produção.

GRUPO 4. TI MÉRIA (MIRANHA) E TI IGARAPÉ GRANDE (KAMBEBA)

MUNICÍPIO DE ALVARÃES

PARTICIPANTES DO GRUPO: Raimundinho Cruz (tuxáua Kambeba), Raimundo Cardenes (AIS), Gercino Farias (tuxáua Miranha), Oquimar Maia Farias, Maria Alice Maia Farias.

ALDEIAS REPRESENTADAS: Méria e Igarapé Grande.

INFORMAÇÕES GERAIS: As duas aldeias são pequenas, Méria possui 45 e Igarapé Grande 22 pessoas. Vivem da agricultura, cultivam mandioca, banana, macaxeira, melancia, cana-de-açúcar, pupunha, açaí, abacate e outros. Também vendem castanha. As invasões que acontecem em suas terras ocorrem no fábriço da castanha. Seriam beneficiados se recebessem apoio de entidades para transporte da produção para comercializá-la em Tefé, onde conseguem preços melhores. A castanha por exemplo é vendida a R\$4,00 o hectolitro.

As duas áreas são ligadas: *“Nós vivemos como uma só família. Nós nos ajudamos uns aos outros. Nossa situação é bem diferente porque moramos perto dos nossos parentes.”*

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- FISCALIZAÇÃO – *Afirmaram a necessidade de fiscalização e do apoio da Funai e Ibama para realizá-la pois suas áreas sofrem com as invasões praticadas por caçadores e coletores de castanha.*
- DEMARCAÇÃO – *Sugerem que as terras não demarcadas se reúnem com outras em igual situação para pressionar a realização do processo.*
- FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES – *Reconhecem o apoio que o MEB, Cimi e a UNI-Tefé lhes concedem, por isso acham que precisam ser fortalecidos e apoiados com recursos.*
- ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO – *Reafirmam sua necessidade de apoio para a comercialização da produção por isso a idéia de uma rede indígena de comércio e entrepostos comerciais seria muito benéfica, bem como a de terem seu próprio motor. Também precisam de informações técnicas para aumentar a produtividade agrícola, que deveriam ser fornecidas pelo Idam (antiga Emade).*

GRUPO 5. TI MARAJÁ (MAYOURUNA) E TICUNA TUPÃ SUPÉ

MUNICÍPIO DE ALVARÃES

PARTICIPANTES DO GRUPO: Manoel Rigoberto, Genival de Oliveira, Lourival de Oliveira, Otinelson, João Neves, Idalena, Genisse, Zuza dos Santos Cavalcante e Maria Marlene da Silva Castro (Mayoruna), Sebastiana, Esmeralda Vieira, Maria Nazaré, Deodoro Vieira e Francisco das Chagas (Ticuna).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Marajá e Tupã Supé

INFORMAÇÕES GERAIS: Marajá é situada na terra firme, contendo uma faixa de várzea com aproximadamente 400 m de largura na frente. Possui apenas uma aldeia, do mesmo nome, com uma população de 303 pessoas. Tupã Supé possui apenas uma aldeia, do mesmo nome, com uma população de 32 habitantes. Está localizada em terra firme, com uma área de várzea medindo 50 m. Enquanto a terra de Marajá é demarcada, a de Tupã Supé não.

O grupo de representantes e lideranças de Marajá é formado por cinco professores indígenas, sendo dois formados em magistério (Zuza e Otinelson); o tuxáua Lourival de Oliveira, o coordenador da Uni-Tefé (Genilson de Oliveira), membros da Associação de Mulheres Indígenas e dois agentes de saúde indígenas (Manoel Rigoberto e João Neves). A organização comunitária de Marajá é ativa, se reunindo uma vez por semana para planejar os trabalhos da semana. Os trabalhos comunitários são definidos de acordo com a opinião de todos e forma a base dos ajuris.

Em Tupã Supé a comunidade é formada por um tuxáua, Chagas, dois agentes de saúde, uma professora indígena e uma representante da Associação das Mulheres Indígenas. Os trabalhos são planejados em reuniões semanais. Não há escola na aldeia, nem posto de saúde. A professora dá aula em barracos ou na sombra de árvores e o agente atende em sua própria casa.

Principais atividades econômicas nas duas aldeias são a produção de farinha banana, cará, macaxeira e hortaliças, destinadas ao consumo e à venda. Têm uma pequena produção de artesanatos como tipitis, balaios, paneiros, peneiras, chapéus, remos canoas, flechas e colares.

Os recursos naturais mais explorados são a castanha, o açaí e algumas madeiras para fabricação de canoas e remos, retiradas em pouca quantidade. Há escassez de algumas espécies de caça (anta, capivara, onça etc.) e de pescado. Como não há lagos nestas terras, não há invasões por peixeiros. Existe uma disputa entre Tupã Supé e a comunidade vizinha (União Popular) do Ingá.

As duas comunidades ressentem a falta de apoio para a saúde e a educação. Observaram o fato das aulas serem dadas em português e somente às vezes usarem a língua materna e fornecerem informes sobre organizações de índios.

Embora vizinhos a Mamirauá, somente Tupã Supé participa das atividades do Projeto, tendo inclusive agente ambiental voluntário, treinado pelo Ibama através do Mamirauá. Marajá alegou que apesar de não ter ligação direta com a reserva e não receber apoio mas também não ser interferido por ela, gostaria de fazer parte e receber o apoio que for dado para trabalhar na preservação de sua área.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- *Sugeriram a participação direta da Uni-Tefé na gestão do PCE: “Nosso grupo aceita e está disposto a acompanhar o corredor ecológico mas queremos uma participação direta da UNI-Tefé na gestão do projeto, com apoio das organizações e associações e respeitando nossos direitos e modo de nos organizarmos. Podem contar com nosso total apoio.”*
- **FISCALIZAÇÃO** – *Sugerem que seja formado um sistema regional de fiscalização mas para isso seria necessário fortalecer as instituições e as parcerias existentes. Defendem que esse sistema seja coordenado pelas próprias comunidades indígenas, tendo somente o apoio e os recursos das entidades para executá-lo.*
- **DEMARCAÇÃO** – *“Devemos ser aceitos para reivindicar a aceleração da demarcação através de documentos ou reuniões e seminários e o Pptal deve respeitar-nos”.*
- **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL** – *“As instituições devem apoiar as organizações indígenas e procurar a melhoria para estes povos, respeitando suas reivindicações. O PCE deve estruturar melhor e ampliar as equipes de trabalho dos postos da Funai e Ibama para que se sintam mais seguros – mas queremos pessoas competentes – e com recursos para trabalhar.”*
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – *“Queremos que o PCE abra um espaço para vendermos nossos produtos fora (exportação) que só assim poderemos melhorar os nossos povos. Deve dar recursos para o incentivo da criação animal e agricultura.”*
- **FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES** – *Ações sugeridas: colocar transportes e meios de comunicação e criar postos nas aldeias com maior número de pessoas e dar recursos para que os agentes voluntários se sintam mais seguros.*

GRUPO 6. TI TICUNA MACARRÃO

MUNICÍPIO DE JUTAI

PARTICIPANTES DO GRUPO: Raimundo dos Santos Lima (capitão, Santa Fé), Ivo Albina (Castanhal) e Euzébio dos Santos (Bacabal)

ALDEIAS REPRESENTADAS: Santa Fé (Ticuna e Kokama), Bacabal e Castanhal (Ticuna).

INFORMAÇÕES GERAIS: Composta por três aldeias, representadas na reunião, a Terra Indígena Macarrão possui 404 habitantes e o ambiente é de terra firme (com uma faixa de várzea na frente). Perguntados sobre o relacionamento entre as etnias, disseram que já houve conflito mas agora não. Possuem quatro lagos centrais, localizados na terra firme, onde pescam para alimentação. Deixaram um dos lagos guardado, sem pescar, por 5 anos (lago Salsa).

“Despescaram” coletivamente para comercializar. Querem repetir a experiência e talvez aumentar o tempo de preservação para 10 anos. Atividades principais são a pesca, a caça e a produção de farinha. Além da mandioca, possuem plantações de banana, limão e castanha, entre outras. Principais produtos para venda são a farinha e a castanha.

Antes da terra ser demarcada, tinham problemas com os posseiros e invasores, que vinham principalmente para pescar e tirar castanha. Há três anos só eles trabalham na área. Toda a madeira que existia (jacaréuba, assacu e louro) foi explorada naquela época e agora este recurso não existe mais. Declararam que, se tivessem semente, poderiam repor a madeira retirada.

Na ressaca Katchiwaio, onde há existiu muito “bicho de casco”, morou um invasor que foi indenizado pela Funai mas passou oito anos insistindo e caçando na ressaca. Só parou porque os índios queimaram seu tapiri. O delegado foi a favor do invasor, Sebastião Souza Lopes, porque os índios tinham queimado o tapiri.

Além do apoio à fiscalização, reivindicam assistência para a saúde e educação.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – *O que mais querem, de qualquer órgão, é uma proteção contra a invasão. Declararam que nessa época há pouca invasão mas ano passado houve muita por pescadores. Esse ano não teve porque “levaram tudo”, principalmente matrinhã. Os índios chegaram a fazer denúncia.*
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – *Se queixaram de dificuldades na venda da produção. Produzem em grande quantidade mas muitas vezes o produto se estraga porque não possuem condução para vender a produção diretamente na cidade. No começo do ano o preço pago pelo patrão foi de apenas R\$13,00 pelo saco de farinha. Precisariam de um transporte para comercializar a produção (motor 25HP e bote de 14m).*

GRUPO 7. TI PARANÁ PARICÁ (KANAMARI), TI URUBAXI (KANAMARI – MAKU) E TI CUIU-CUIU (MIRANHA)

MUNICÍPIO DE MARAÃ

PARTICIPANTES DO GRUPO: José Ramos Aparício (Miranha), Maria de Nazaré de Benjamim, Meire Terezinha Kanamari e Irene da Silva (Kanamari)

ALDEIAS REPRESENTADAS: São Pedro (Cuiu-Cuiu), Patauí (Paricá) e São Francisco (Urubaxi).

INFORMAÇÕES GERAIS: A TI Paraná-Paricá possui uma aldeia, Patauí, que se localiza na várzea. Urubaxi também tem apenas uma aldeia, São Francisco, que se localiza na terra firme. Cuiu-Cuiu é formada por quatro aldeias, São Pedro, localizada em terra firme, Vila Nova, em várzea, São José, em várzea e Nova Estrela, na terra firme. As áreas Kanamari possuem plantações de mandioca, macaxeira, feijão, milho, jerimum, melancia e tomate e criações de galinha e porco.

Pescam apenas no verão e tem um projeto de gado para São Francisco, pela Funai. Os principais animais caçados são o mutum, a guariba e o barrigudo.

Os Miranha cultivam macaxeira, mandioca, banana, feijão e milho, que comercializam com o regatão. Não estão mais tirando madeira, apenas encomendas para fabricação de canoa. Caçam pouco, porco e anta, na terra firme atrás de suas localidades de várzea. Pescam pouco, apenas no verão (agosto e setembro).

Ainda ocorrem muitas invasões para retirada de madeira, por pessoas de Tefé e das comunidades ribeirinhas vizinhas. No tempo de cheia, entram pescadores para “tocar” (pesca de zagaia). Não entram para pescar com rede.

Os moradores de Cuiu-Cuiu têm um relacionamento longo com o Projeto Mamirauá (a reserva fica na margem oposta) e participam regularmente das Assembléias Gerais dos moradores e usuários da reserva, estando incluídos nesta última categoria. Têm acordos de pesca e usam os lagos da reserva, embora ocorram conflitos ocasionais entre eles e os moradores do Mamirauá acerca dos lagos que cada um preserva.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- FISCALIZAÇÃO – *“Nós, Miranha, Kanamari, Maku e Kaixana. Estes povos estão precisando de fiscalização na região com ajuda de uns motores para as aldeias que servem para fiscalização de nossa área e um radiofonia para cada aldeia.”*
- DEMARCAÇÃO – *“Deve ser acelerada. “Funai e governo, mande verba para fazermos a nossa demarcação de nossas áreas”.*
- FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL – *“Para melhorar a Funai e o Ibama, e dar condições para obterem sistema de radiofonia”.*

GRUPO 8. TI TICUNA (KAMBEBA E KOKAMA) BARREIRA DAS MISSÕES

MUNICÍPIO DE TEFÉ

PARTICIPANTES DO GRUPO: Brás de Paula, Josaias Medeiro Ribeiro, Zacarias Medeiro, Jari dos Santos Medeiros, Francisco dos Santos, Paulo dos Santos (Kambeba), Evanildo Ramos, Antônio Santos, Aldemir Cordeiro, Raimundo Cruz, Cristóvão Codeiro, Magnólia (Kokama), Francisco Ramos, João Boaventura da Silva, Raimundo Boaventura e Martinha (Ticuna).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Betel, 97 habitantes (Kambeba), Nova Esperança 130 habitantes (Kokama) e Barreira de Cima, 247 habitantes (Ticuna).

INFORMAÇÕES GERAIS: Situadas em terra firme, a produção principal realizada nas três aldeias da TI B. das Missões é a agricultura. Cultivam mandioca, macaxeira, cará, café e frutas como banana, abacaxi, cupuaçu, manga, pupunha, abiu e biribá. Possuem pequenas criações de galinha, pato, carneiro e gado. Os recursos naturais explorados são a castanha, o açaí e o tucumã. A venda da produção é feita diretamente pelo próprio agricultor na feira ou nas lojas de Tefé.

O principal conflito e problema com invasores decorre da proximidade da área ao terreno da Emade, Empresa Amazonense de Dendê, pois os moradores da agrovila desta empresa começaram a tirar recursos naturais de sua área, como a castanha e o açaí.

Nova Esperança adquiriu uma área de 3.600 m² de várzea, na ilha em frente para agricultura. Há um conflito ocorrendo com uma posseira de um terreno de 1.500m, situado na localidade Catuana, Ilha do Pananin, que vem ameaçando os índios e proibindo-os de trabalhar (plantar) na ilha, também não permitindo que pesquem para sua alimentação. Gostariam de poder usufruir dos lagos para pescar e desenvolver um projeto de manejo pois não possuem uma área de pesca em sua terra, o que os obriga a comprar o peixe na cidade ou pescar em lugares fora de sua área.

Enfrentam problemas na área de saúde e demandam remuneração dos agentes, medicamentos,

posto de saúde, transporte e meios de comunicação.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- FISCALIZAÇÃO – *“É importante se tiver um agente voluntário da própria aldeia treinado, com transporte e meio de comunicação pois isto facilitaria a fiscalização da aldeia”.*
- DEMARCAÇÃO – *“É importante que seja acelerada para evitar conflitos nas áreas não demarcadas. Deve ser feita através de um seminário que produza um documento que seja encaminhado aos órgãos competentes”.*
- FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL – *“É importante que haja índios nas organizações indígenas (como UNI-Tefé, Coiab, Cija, Amims) e não indígenas como Ibama, Prelazia e outras”.*
- FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES – *“O fortalecimento das parcerias é importante para que haja diálogo e respeito de ambas as partes e boa vontade de ajudar”.*

GRUPO 9. TI KULINA KUMARU LAGO DO UALÁ

MUNICÍPIO DE JURUÁ

PARTICIPANTES DO GRUPO: Jodsino, Dsomami Birango, Adsalo, e Jodso, tuxáuas Kulina.

ALDEIAS REPRESENTADAS: Maapiranga

INFORMAÇÕES GERAIS: Situada a margem direita do rio Juruá, os Kulina, que se auto-denominam Madijá (Madihá), possuem uma população de 400 índios aproximadamente, distribuídos em 4 aldeias: Kumaru, Maapiranga, Morada Nova e Pauá-pixuma. Os lagos situam-se na várzea e as malocas na terra firme.

Considerados semi-nômades, sua produção agrícola se destina somente a sua sobrevivência. Preferem pescar e caçar e esses produtos são vendidos para regatões que passam pelo rio Juruá, a troco de mercadorias básicas como açúcar, sabão, rede, panelas, facas, colheres, pratos e até mesmo farinha. Os Madijás afirmam que dentro de sua reserva os brancos madeireiros não retiram madeiras e por isso há abundância desse recurso.

Afirmam que sua reserva é bastante farta, com grande quantidade de peixe e caça durante o ano todo. Existe porém um pequeno conflito na aldeia Pauá-Pixuna, com a posseira Dona Maria Capivara Resende que invade no período da seca juntamente com seus filhos. Mas os índios afirmam que estão aguardando a demarcação, marcada para outubro deste ano, que vai pagar a indenização da posseira e em seguida desocupar sua área. Há posto da Funai dentro da terra.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- FISCALIZAÇÃO - *Não têm problemas de invasão propriamente dita, mas são pressionados no período da seca para retirarem peixe e no período da cheia para retirada de madeira. Está sendo criado um projeto de fiscalização pela Funai/Pptal, em fase de avaliação em Brasília. Há grande fluxo de peixeiros e madeireiros mas a área só é invadida se os índios convidam. Sugestão para o índio fiscalizar – motor rabeta (10HP) e canoa (3ton) para cada uma das 4 aldeias.*
- DEMARCAÇÃO – *A área foi identificada (77 mil ha) e a demarcação está prevista para outubro, pelo Pptal.*
- FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL – *Sugerem casa com radiofonia, drogaria equipada com medicamentos básicos, duas voadeiras (motor e casco) e um motor de centro e várias rabetas. A morosidade das respostas do Ibama é justificada por seus funcionários como sendo devida à falta de recursos. O Ibama deveria ser mais ágil.*
- CRIAÇÃO DE ENTREPOSTOS COMERCIAIS E REDES INDÍGENAS – *Evitaria o intermediário, facilitando ao índio a obtenção do que consideram básico (sal, farinha, açúcar, roupa, tabaco, diesel, terçado, machado, medicamentos).*

- FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES – com o Ibama, Cimi, P.F., Prelazia de Tefé.
- ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO – A Petrobrás, na área de Urubu, possui um grande viveiro de espécies regionais, incluindo as de várzea. A área é muito farta em samatúma, cedro, andiroba, acapu, marupá, virola, cedro, itaúba, mirataúá, assacu e pau-rosa. Há mais de 20 anos que não há exploração. Já deu tempo de repovoar. Gostariam de plantar frutíferas como laranja, limão, castanha, açaí, cupuaçu e maracujá. Gostariam que fossem adquiridas mudas e fornecida assistência técnica.

GRUPO 10. ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES

(AMIMS)

PARTICIPANTES DO GRUPO: Sebastiana da Silva Vieira, Maria marlene da Silva Castro, Maria Nazaré Pinto de Oliveira, Inês Marques, Magnólia e Maria Alice.

SUGESTÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PCE:

- “Queremos ajuda para repovoamento de animais de caça como: capivara, mutum, jabuti etc. São animais de caça que podem ser criados na aldeia e depois soltados na floresta. No futuro podem servir para a alimentação da aldeia e para o futuro das crianças.
- Também queremos ajuda para a reprodução de peixes e para o plantio de árvores frutíferas como cupuaçu, açaí, cacau, abiu, pupunha, andiroba, café etc.
- Pedimos tudo isso mas pensamos também no transporte para visitar outras aldeias.
- Queremos também um curso de formação de agentes ambientais do Ibama para as mulheres da associação.”

GRUPO 11. CIMI, FUNAI – TEFÉ, JURUÁ E JUTAÍ, UNI-TEFÉ E

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRELAZIA DE TEFÉ

PARTICIPANTES DO GRUPO: Jean R. P. Jacintho (Cimi-Tefé), André da Cruz Kambeba (UNI-Tefé), Claudemir Queiroz (Ass. Jurídica Prelazia de Tefé), Eurípedes A. Brito (PIN-Juruá) e Walter da Silva Siqueira (PIN-Jutaí).

SUGESTÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PCE

“1). DAR PRIORIDADE À FISCALIZAÇÃO.

- Criar um setor dentro da Uni-Tefé, específico para tomar ações frente às invasões.
- Montar um projeto de radiofonia para agilizar as denúncias de invasão e outros casos de emergência como problemas de saúde.
- Criar postos de vigilância em pontos estratégicos, com infra-estrutura.
- Formar agentes indígenas, respaldados legalmente, que sejam fiscais de sua própria área.
- Acabar com a Funai e o Ibama.
- Envolver a Uni-Tefé na coordenação do PCE, participando das decisões do projeto.

2). ACELERAR A DEMARCAÇÃO

- Pressão direta de índios na presidência da Funai.
- Recurso para os próprios índios fazerem a demarcação (auto-demarcação).
- Reunir as entidades que financiam a demarcação com as organizações indígenas e entidades afins (Cimi, Prelazias, Opan, Comiu etc.) em um seminário para organizar o processo de demarcação.

3). FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- *Trabalhar em forma de parcerias com o apoio do governo federal.*
 - *Planejamento conjunto dentro do possível.*
 - *Sem recursos não existe fortalecimento das instituições.*
 - *Formar pessoas locais para trabalhar e compor órgãos, regionalizando o trabalho.*
- 4). ENTREPOSTOS COMERCIAIS E REDE INDÍGENA DE COMÉRCIO
- *Deve ser coordenada por pessoas das aldeias preparadas ou adequar à realidade das aldeias.*
 - *A princípio deve atender as necessidades básicas.*
 - *Ter cuidado para não implantar o capitalismo selvagem fazendo com que a população indígena esqueça seus valores básicos de convivência comum.*
 - *Ter controle da comercialização para não falir por falta de gerenciamento.*
- 5). FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES (Entre as organizações indígenas e Cimi, Prelazias, GDP, GTA, MEB etc.)
- *Formação dos membros.*
 - *Recursos.*
 - *Ação mais rápida.*
 - *Diálogo, intercâmbio, contato.*
 - *Vergonha na cara.*
- 6). ESTUDO DO POTENCIAL ECONÔMICO DAS DIVERSAS REGIÕES.
- *Importante para viabilizar a criação dos entrepostos e rede indígena de comércio.*
 - *É uma garantia da libertação econômica. A realidade é que o patrão força a população a extrair cada vez mais da Terra Indígena, que passa a manter o povo e mais e mais a ambição do patrão.”*

4.4 SÍNTESE DAS SUGESTÕES APRESENTADAS PELOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS E SEU ENTENDIMENTO DO PROJETO

As sugestões apresentadas pelos povos indígenas do Médio Solimões enfatizam a defesa dos seus direitos de usufruto exclusivo de suas terras contra invasores. Para este fim, identificam a necessidade de apoio às atividades de vigilância de suas terras, além do fortalecimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam na defesa dos direitos indígenas e da preservação ambiental. A demanda por treinamento de agentes ambientais reflete a aprovação popular a esta iniciativa do Cnpt/Ibama.

O segundo tipo de demanda foi de apoio à comercialização da produção e, em terceiro, assessoramento técnico para agricultura. Apenas Estrela da Paz, Acapuri de Cima, Espírito Santo e Macarrão, além das áreas ligadas ao Mamirauá, apresentaram experiências de manejo de lagos para as quais demandaram apoio, e alguns incluem preservação de áreas de extração de madeira (raro na região, onde predomina o extrativismo tradicional de espécies da várzea).

O grupo das mulheres distinguiu-se pela natureza de suas sugestões. Em comparação aos grupos formados por lideranças masculinas, enfatizaram o manejo dos recursos naturais - o repovoamento de espécies animais e vegetais. Também demandaram sua inclusão nos cursos de formação de agentes ambientais, geralmente destinados aos homens.

Em geral, houve um bom entendimento do PCE, como revelam a maioria das sugestões apresentadas. As demandas apresentadas que fogem às metas mais explícitas do PCE (como pedidos de apoio à saúde e educação) não refletem necessariamente um mau entendimento mas uma expectativa dos relatores de que “pode ser que alguém atenda” suas necessidades, que são sérias e urgentes (em uma segunda reflexão podem ser interpretadas também como demandas

ambientais).

Quanto à aceitação do projeto, foi praticamente integral. Algum receio foi manifestado por um líder Mayoruna, que questionou as restrições que a “ecologia” impõe. Enquanto todos concordam quanto ao esgotamento dos recursos naturais e à necessidade de regular o seu uso, é mais fácil e aceitável atuar no controle das atividades exercidas por pessoas de fora do que ter que adotá-las. O manejo e a manutenção de sistemas de preservação implicam em algum tipo de restrição de uso do ambiente. A controvérsia que houve no início da implantação do projeto Mamirauá, os temores e mal entendidos incentivados muitas vezes por patrões, ainda podem ser repetidos.

4.5 OBSERVAÇÕES FINAIS

Existem duas organizações indígenas no Médio Solimões, a Comissão Indígena do Japurá (Cija) e a UNI-Tefé, mas somente esta última tem estrutura, experiência e reputação para participar da coordenação de um PDPI na região. Muitos grupos enfatizaram sua opinião de que a UNI-Tefé deve participar da gerência do PCE. Também insistiram que os índios devem coordenar o sistema de fiscalização de suas próprias terras.

O fato do movimento de preservação de lagos ter surgido no Médio Solimões nos anos oitenta e da iniciativa do projeto Mamirauá ter alcançado boa aceitação (a despeito da polêmica inicial) implica que, ao contrário de gerar oposição, o desenvolvimento de atividades “ecológicas” atende a uma certa demanda popular. Embora a visão que têm da ecologia como recurso econômico alternativo que deve trazer benefícios concretos seja mais limitada que a demanda conservacionista propriamente dita, de cunho mais extensivo e radical, esta visão pode ser ampliada no decorrer do processo de definição das ações, a partir de sugestões e explicações de coordenadores do PCE junto aos povos da região.

A definição de ações para as áreas pequenas, próximas às cidades e com alta densidade humana deve apontar soluções econômicas alternativas ao extrativismo e à dependência da exploração de recursos naturais fora de seus limites. Já os esforços para desenvolver sistemas de manejo e para criação de áreas de conservação são possíveis apenas nas áreas maiores, com maior densidade de recursos naturais e menores densidades demográficas. As iniciativas de manejo dos lagos devem ter prioridade em relação a medidas de conservação inovadoras e as técnicas de manejo podem ser aprimoradas a partir de critérios científicos. Como incentivo à auto-sustentação das TI, os estudos de potencial econômico e de uma rede de comércio indígena são sugestões pertinentes e merecem atenção especial.

5. CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES

5.1 REPRESENTATIVIDADE

A consulta ao povo Ticuna do Alto Solimões foi realizada em duas reuniões separadas, organizadas por cada uma de suas duas organizações, a Cggt e a Foccit. Nestas reuniões, estiveram presentes os primeiros e/ou segundos capitães, além de agentes de saúde, membros da organização de mulheres indígenas, professores e moradores, de 15 das 16 terras indígenas Ticuna do Alto Solimões, contando as áreas em fase de identificação (ver tabelas 2 e 2.1). Os capitães representaram 63 das 99 aldeias Ticuna até o presente contabilizadas pelas duas organizações. A consulta cobriu portanto 100% das Ongs, 93% das TI (a única TI ausente foi Matintim) e 64% das aldeias Ticuna do Alto Solimões. Além das áreas Ticuna, a Área Kokama de Sapotal, embora convidada pela Foccit para discutir sua contestação e demanda por ampliação de sua área, não enviou lideranças à reunião, somente três moradores que após apresentarem sua reivindicação, não permaneceram para a apresentação do PCE. Considerando a ausência de Sapotal, as reuniões cobriram 88% das TI do Alto Solimões.

Também assistiram à apresentação do PCE e generosamente prestaram apoio a esta consultoria, membros da Diocese de Tabatinga (Pe. Jozinei), da Fundação Nacional de Saúde (Marília), do Projeto de Pesquisa "O Universo Ticuna: território, saúde e meio ambiente" do Museu Nacional/RJ e Cggt (Regina Erthal) e consultores do Pptal (Fábio Vaz e Deuzimar Brasil), na ocasião realizando trabalho de campo para a identificação das áreas Matintim, São Francisco do Canimari, Maraitá e Nova Esperança de Jandiatuba.

Tabela 2: Terras Indígenas Ticuna localizadas no Alto Solimões representadas nas reuniões.

Nº	Terra Indígena	Município	Aldeias representadas	Pop.*	Área (ha)
1	Tukuna Sto. Antônio	B. Constant	Filadélfia e Porto Cordeirinho (Cggt) Bom Caminho (Foccit)	1.192	1.065
2	Bom Intento	B. Constant	Bom Intento, Novo Paraíso (Foccit)	195	1.613
3	Tukuna Porto Espiritual	B. Constant	Porto Espiritual (Foccit)	102	2.839
4	Tukuna Umariçu	Tabatinga	Umariçu I e Umariçu II (Foccit)	2.450	4.900
5	Nova Esperança	S. P. de Olivença	Gaspar (F) (Foccit)	150	6.400
6	Tukuna Lauro Sodré	B. Constant	Lauro Sodré, S. J. de Venezuela, Guanabara III (Foccit)	317	9.600
7	Tukuna Feijoal	S. P. de Olivença	Feijoal, Canaã (Foccit)	1.840**	40.948
8	Maraitá	Amaturá	Maraitá (Cggt)	137	46.941
9	São Leopoldo	B. Constant	São Leopoldo, Porto Lima, S. Francisco, Bom Pastor I (Foccit)	815	69.271
10	Vni-Uatá-In	Amaturá	Canimari e Nova Itália (Cggt) Umarirana (Foccit)	1.452	121.199
11	Betânia	S. A. do Içá	Betânia, Monte das Oliveiras (Foccit)	2.446	122.769
12	Évare II	S. P. de Olivença	Paraná do Ribeiro, Vera Cruz, Nazaré, Novo Jerusalém, Centro Bom Jesus, Porto Alegria, Novo Lugar (Cggt) Supão, Vendaval, Bom Jesus, , Paranapara I, Vila Bahia (Foccit)	1.299	176.206
13	S.Fco. do Canimari	S. A. do Içá (F)	S.Fco. do Canimari (Cggt)	S.I.	S.I.
14	Évare I	Tbt./ SP.Olivença	Barro Vermelho, Belém do Solimões, Boa Vista, Cajari I, Cajari II, Campo Alegre, Dere gũne, Floresta Amazônica, Marco da Redenção, Nova Esperança do São Jerônimo, Novo Maranhão, Piranha, Porto Água Limpa, Santa Clara, Santa Rosa, São Domingos I, São Domingos II, Santa Terezinha, São Fernando, Torre da Missão, Vendaval, (Cggt) Ourique, Emaí, Cidade Nova, Vista Alegre, Campo Alegre, N. S. Nazaré (Foccit)	7.546	548.177

(*) Dados do "Atlas Ticuna" (Cggt, 1998). (**) Informação das lideranças locais.

Tabela 2.1 Terras Indígenas localizadas na região do Alto Solimões, incluídas no Corredor Central da Amazônia mas não representadas na reunião

Nº	Terra Indígena	Grupo	Município	Área (ha)
1	Kokama de Sapotal	Kokama/Kambeba	Tabatinga	930
2	Tukuna Matintim	Ticuna	Sto. Ant. do Içá e Tonantins	(22.000)

5.2 PARTICULARIDADES DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES

A população indígena do Alto Solimões é dominada pela etnia Ticuna, que possui a maior população entre os povos indígenas do Brasil. Segundo suas próprias estatísticas, os Ticuna somam hoje 30.000 índios no Brasil, distribuídos em 99 aldeias nas 15 terras indígenas demarcadas ou em processo de identificação, localizadas em cinco municípios (Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá). Há ainda Ticunas no Peru e na Colômbia, além dos Ticuna do Médio Solimões, apresentados anteriormente. A sobrevivência de um contingente populacional elevado no Solimões, onde a colonização causou a dizimação da maioria dos povos indígenas originais, revela o poder de resistência cultural deste povo.

No Alto Solimões, os Ticuna mantêm principalmente sua língua e muitas características dos rituais, organização social e mitologia pré-coloniais. Demonstram uma capacidade original de articular seu universo cultural a momentos históricos distintos da sociedade Amazônica pós-colonial. Mesmo com sua história longa de contato - passaram pelo convívio com ordens missionárias católicas, patrões da borracha, pastores de diversas denominações protestantes e movimentos messiânicos, até a luta pela demarcação de terras, afirmação de sua identidade étnica e auto-determinação - os Ticuna guardaram diversos traços culturais, adaptaram e criaram outros. Recentemente, durante o Seminário “Os Ticuna Hoje – direções e perspectivas da pesquisa etnológica” realizado no Museu Nacional/RJ (maio, 1998), o líder Ticuna Nino Fernandes declarou que mesmo tendo mais de 300 anos de contato com os brancos *“seguramos principalmente nossa fala. Já outras etnias, com 10 anos de contato não falam”*. Na ocasião, agradeceu publicamente *“nossas mulheres, que não gostam de falar português com os filhos”*.

Os Ticuna possuem hoje duas organizações de representação política, registradas em cartório, e as organizações dos professores, agentes de saúde, dos pastores das várias denominações evangélicas e, a mais recente, a das mulheres Ticuna, ainda não registrada. Possuem um Museu próprio, na cidade de Benjamin Constant, com um número alto de visitantes por ano, onde estão expostas peças de sua arte e cultura material. Nas 95 escolas Ticuna, localizadas em 90 de suas 99 aldeias, o ensino é bilíngüe. A organização dos professores tem seu próprio curso para formar professores, reconhecido pelo MEC. Estes são alguns exemplos de como os Ticuna estão mobilizados e atuando na sociedade nacional. Possuem outras experiências importantes e executaram diversos projetos principalmente ligados à demarcação de terras e à organização do Museu Magüta, projetos de educação, de divulgação de sua expressão artística e cultural, de saúde e extensão rural.

Como declararam várias lideranças, após a luta contra o domínio dos patrões e pela demarcação das terras, seu próximo projeto de atuação política é a preservação ambiental. Quando discutem esta questão em particular, fazem referência à ligação da identidade Ticuna com a natureza - a sobrevivência do povo depende não só da utilização como também de seu vínculo mitológico com o meio ambiente. Uma citação do relatório de um dos grupos de professores Ticuna que participou da elaboração do projeto de educação ambiental submetido ao componente Várzea/PPG7, ilustra esta valorização prática e simbólica da natureza.

"O POVO TICUNA (MAGÛTA) E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA"

"O povo Ticuna tem a ver muito com a natureza, principalmente o seu mistério.

No princípio, quando existiam os deuses Ticuna, o povo Magûta teve sua origem dentro d'água e como peixe ele veio.

Yo'i é o deus mais importante na história Ticuna e para os Ticuna. Ele nos pescou no igarapé Eware, um igarapé de grande valor cultural, por que aí tivemos a nossa origem.

Quando fomos pescados por Yo'i, o material de pesca usado por ele não foram as malhadeiras, as redes, as bombas. Foi usado o caniço e o anzol. Conforme a pescaria fomos distribuídos em clãs. No momento da transformação dos peixes em gente (Ticuna) fomos divididos em metades de nações (clãs): nações sem penas e com penas. Essas nações tem a ver com os animais, as árvores e as aves.

Desde o princípio temos esta relação com a natureza. O meio em que vivemos é um meio sagrado. Se não respeitarmos, também morreremos. Assim acabará tudo, será o fim de tudo.

(...) Hoje queremos a nossa natureza preservada como antigamente. (...) Por isso precisamos ter hoje um projeto para o desenvolvimento de cada comunidade, como piscicultura com assistência técnica do governo, desenvolver a criação de tartaruga, tracajá, mesmo de tambaqui, etc. que quase está em extinção na nossa área do Alto Solimões. (...)

As várzeas eram de grande valor econômico, não só para os Ticuna e sim até para a nação brasileira e também para o mundo. Porque lá encontrávamos espécies de animais e peixes em extinção, e as madeiras também. Existem lagos que não são capazes mais de conter sua população, devido à entrada de pescadores caixeiros financiados por empresas pesqueiras vindas da Colômbia, sem o mínimo respeito ao tamanho do peixe, o que interessa é o dinheiro e os motores de popa que são financiados a crédito a todos os pescadores e assim como as imensas redes também para facilitar a captura de peixes.

Hoje já não se vê mais o cardume de tambaqui, pirarucu, pirabutão e outros peixes. Hoje praticamente não se vê mais. Por isso precisamos imediatamente de uma conservação de nossas comunidades. É fácil porque é uma reserva. Sabemos como vamos fazer. Se tivermos o apoio do governo podemos fazer essa preservação boa para as nossas áreas indígenas (...)."

In: Projeto Maü Ticuna – P.Várzea/PPG7. Autores: CONSTATINO RAMOS LOPES (FUPEATUCO), GUILHERME SEVALHO PERES, JOÃO INÁCIO IRINEO VITORINO, CLÓVIS MARIANO FERNANDES, JOSÉ GUEDES TENAGOS, ARTAITE PEREIRA BARBORA, BERNARDO MARCULINO AIAMBO, SANSÃO RICARDO FLORES, REINALDO O. DO CARMO, BERNARDO DE SOUZA AGOSTINHO, VALDINO M. MARTINS.

Esta citação exemplifica também a maneira particular como discutem uma questão pertinente à realidade social contemporânea a partir de uma perspectiva cultural "polimerizada", que não descarta tradições mas as soma a novas situações sociais. Quando discutem a problemática ecológica e reivindicam assistência governamental fazendo inicialmente referência a sua origem mitológica, expressam sua forma particular de aplicar (e somar) seu referencial simbólico tradicional a situações sociais da atualidade, uma prática que foi mantida a despeito de sua longa história de subordinação.

Os Ticuna vivem principalmente da agricultura, sendo reconhecidos entre botânicos como responsáveis pela seleção e melhoramento genético de vários cultivares regionais. São responsáveis por grande parte do abastecimento de produtos agrícolas nas sedes dos municípios do Alto Solimões. Praticam também a pesca e a extração de madeira. Como mostram os relatórios a seguir e a citação acima, estes recursos naturais estão sobre-explorados. Entre eles, a situação mais grave é a da pesca "clandestina", destinada à venda na Colômbia.

Além dos Ticuna, o povo Kokama ocupa uma pequena área dentro da Terra Indígena Évare I. Segundo informaram em Feijoal, existem aproximadamente 32 aldeias Kokama ao longo do

Solimões, duas das quais localizadas na área de jurisdição do PI Feijoal. Os Kokama formaram uma associação, Coiama, com representação em Manaus e contestam a demarcação da área de Évare I. A demanda por revisão do tamanho da área dos Kokama, como declarou Jair, um dos três índios Kokama da TI Sapotal presentes no primeiro dia da reunião de Feijoal, se refere ao fato da terra demarcada ser “*só uma bolinha*”, insuficiente para a população Kokama que não tem onde plantar. Na proposta dos Kokama, se a área do Sapotal for aumentada, permitirão a permanência dos Ticuna e querem trabalhar em prol da preservação. Para os Ticuna da Focitt, o erro foi feito pelos topógrafos da demarcação que não seguiram os limites originais da identificação e portanto os Ticuna não podem ser responsabilizados. Mas não aceitam a contestação da área e alegam que o instrumento jurídico não pode ser usado por outro povo indígena, apenas por brancos. Propuseram união com os Kokama, contanto que não tragam outros para explorar a área. Durante esta reunião em Feijoal, os Ticuna da Focitt propuseram que o diálogo continuasse entre eles “*para que não dependam de pareceres de antropólogos que só ouvem um dos lados, uma versão*” e cheguem a um consenso.

Durante a reunião da Cggt, foi feita uma crítica ao fato do problema Kokama estar sendo tratado pela Focitt. A polêmica exemplifica a dificuldade atual da coexistência das duas representações políticas – a mais nova disputando, a mais antiga defendendo, sua legitimidade. Como a divisão da representação política não é aceita por nenhuma delas, muitas questões comuns aos Ticuna ficarão pendentes até que cheguem a uma solução para a constituição de uma representação integral.

Com relação à disputa entre Ticunas por recursos naturais, houve consenso de que seja dado reconhecimento à autoridade dos caciques para resolver problemas internos como o de alguns Ticunas que pescam excessivamente (porque dependem exclusivamente da venda do peixe para sua sobrevivência) e o uso do timbó nas pescarias.

5.3 RELATÓRIOS DOS 12 GRUPOS FORMADOS POR REPRESENTANTES DAS TI DO ALTO SOLIMÕES SOBRE OS RECURSOS NATURAIS, PRINCIPAIS CONFLITOS, EXPERIÊNCIAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, CONSERVAÇÃO OU MANEJO E SUAS SUGESTÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PCE

Durante as duas reuniões no Alto Solimões, um mesmo questionário foi passado para os grupos pedindo que informassem e opinassem a respeito da situação de abundância ou escassez dos recursos naturais, principais conflitos ocorrendo nas suas áreas, experiências com projetos de desenvolvimento, conservação ou manejo e suas sugestões para implementação do PCE. A identificação dos participantes dos grupos é apresentada, bem como a indicação das aldeias, das Terras e do município que estes participantes representam.

É importante enfatizar que todas as informações apresentadas a seguir foram fornecidas pelos participantes dos grupos de trabalho e, como as informações dadas pelos grupos do Médio Solimões, constituem indicadores muito rudimentares pois não puderam ser aprofundados ou conferidos.

Em comparação à reunião no Médio Solimões, as agendas das duas reuniões realizadas no Alto Solimões concederam menos tempo à apresentação do PCE. Enquanto que no MS a apresentação pôde ser feita em dois dias e meio, em cada uma das duas reuniões do AS, foi feita em um dia e meio. Além disso, os dois grupos se preocuparam em relatar à equipe suas posições em relação a questões políticas internas, o que tomava tempo da apresentação. Com isso, o roteiro dos trabalhos e discussões em grupo tiveram que ser reduzidos. Um roteiro único foi passado para os grupos descreverem a situação geral dos recursos naturais em suas terras e darem sugestões para o PCE, ao passo que no Médio Solimões estes dois conteúdos foram tratados em dias separados. Além desta dificuldade, as duas reuniões foram traduzidas do português para o Ticuna para garantir a compreensão da apresentação, já que muitos não dominam o português.

Os sete grupos formados na reunião da Cggt e os cinco grupos formados na reunião da Foccitt foram organizados pelos próprios índios. A composição dos grupos não foi baseada na representação das terras indígenas e sim na vizinhança de aldeias ou municípios. A relação numérica capitães/terra indígena é variável e as lideranças, que representam aldeias, estão divididas entre as duas organizações. Optou-se por transcrever os relatórios integralmente e não tentar sistematizar as informações por terra indígena, somente as sugestões para o PCE.

As sugestões apresentadas pelos 12 grupos nas duas reuniões podem ser sintetizadas como:

- Apoio material (rádios e motores) e treinamento de agentes ambientais para fiscalização das áreas;
- Fortalecimento das instituições de apoio – Funai, Ibama, Polícia Militar;
- Conclusão dos trabalhos de demarcação;
- Desenvolvimento de alternativas econômicas (agricultura, piscicultura, artesanato) e apoio à comercialização;
- Apoio para as organizações indígenas (Amit, Cggt, Foccitt) e capacitação para gerenciamento de projetos;
- Projetos de urbanização (saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo) para as aldeias com populações maiores;
- Valorização da cultura Ticuna;
- Projeto específico para proteção da área sagrada dos Ticunas (Évare) e outras áreas sagradas;
- Envolver ribeirinhos e índios de outras etnias nos trabalhos de conscientização ecológica e preservação ambiental.

GRUPO 1. T.I. STO. ANTONIO - MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

(REUNIÃO DA CGTT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Filadélfia e Porto Cordeirinho.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Danilo Fernandes, Carmem Tamaia, Bernaldo Moçambite, João Vasquez, Luciana Almeida, Ademir Aiambo, Pedro Agostinho, Ademar Fernandes, Izelina Guilherme, Hilda Feliz, Paulino Aiambo, Josiane Guilherme.

RECURSOS NATURAIS: A TI Sto. Antônio é a menor das áreas Ticuna do Alto Solimões. Sua população vive basicamente da produção agrícola para alimentação e venda. Produzem farinha, bananas, verduras, macaxeira etc. Não exploram recursos naturais devido à escassez da caça e da madeira e também porque não possuem lagos de pesca em sua área. Quando vão pescar, usam os lagos do Peru, uma situação que segundo eles - “*não é ideal para os ticunas brasileiros*”.

CONFLITOS: Atestam que sempre ocorrem invasões de terra por fazendeiros, madeireiros e estrangeiros.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Segundo a sua percepção de projetos, responderam que não recebem nenhum tipo de ajuda governamental ou não governamental.

SUGESTÕES PARA O PCE:

- *Barco de fiscalização.*
 - *Curso de fiscalização de área (agente ambiental).*
 - *Saneamento básico, assistência social, água tratada e lixo.*
 - *Cultivo de plantas da medicina tradicional.*
- (*Sugerem para PD/I – construção de açude para piscicultura, plantação de cupuaçu e pupunha e produção de artesanato da cultura indígena*)”.

GRUPO 2. ÉVARE I – MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA E TABATINGA

(REUNIÃO DA CGTT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Belém do Solimões, Piranha, São Fernando, Novo Maranhão, Boa Vista, Nova Esperança do São Jerônimo, Barro Vermelho, Porto Água Limpa, Cajari II, Santa Rosa, Cajari I.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Manoel S. Eduardo, Clóvis Isídio, Juvito Ricardo, Francisco P. Cruz, Arnaldo C. Marco, Melito Arapaso, Alberto Jonas, Manelito J. Cersa, Benedito André, Artur Firmino, Manoel Elizardo, Manduca M. Jonas, Juvenal M. Jonas, Fernando Saldanha, Abidão Zaguri.

RECURSOS NATURAIS: Belém do Solimões conseguiu, ano passado, proteger sua área contra a entrada de não-índios para caçar. Não tem problemas com relação à produção agrícola. Os recursos madeireiros estão se tomando escassos devido à exploração por madeireiros de Tabatinga. Os recursos pesqueiros estão escasseando devido à sobrepesca, realizada pelos próprios Ticunas, que são estimulados por relações de aviamento com padrões colombianos. No Tacana e no Cajari há relativa abundância de peixe, caça e madeira e terra para agricultura. Mesmo nas áreas de terra firme, distante dos lagos de várzea, a pesca nos igarapés atende a demanda de consumo.

“Em Belém há terra para plantar. No último ano conseguimos impedir os brancos de caçar. Na madeira o pessoal de Tabatinga entrou e acabou com metade das madeiras importantes. Na pesca o colombiano está distribuindo dinheiro para o povo, que depois tem que pescar para pagar dívida. Na nossa área quase não há mais pirarucu.

No Tacana tem muito peixe, terra para plantar e caça. Ainda tem muita madeira boa. Mais para dentro não tem lago, mas tem bastante peixe no igarapé mesmo. No Cajari também”.

CONFLITOS: Denúncia de invasões por peruanos, localizados no igarapé de Belém. Queixa de sobrepesca nos lagos de Santa Rosa, realizada por próprios Ticunas. Denúncia de extração de madeiras no lago Cajari por um colombiano do Bananal e de um peruano em Barreirinha que pesca no lago sem respeitar a proibição do capitão.

“No igarapé de Belém, aldeia de N. Esperança, há 4 peruanos explorando a terra dos ticunas sem ordem do capitão. Ele diz que não respeita a lei dos capitães, só a lei do irmão Francisco. Diz que não sai nem com Polícia Federal.

No Tacana os próprios ticunas de Nova Extrema estão trabalhando com isopor e acabando com os peixes dos lagos de Santa Rosa.

Um colombiano chamado Gustavo, tem mandado o pessoal do Bananal entrar para tirar madeira – cedro, jacareúba, louro - e mexer no lago de Cajari para pescar.

Em Barreirinha também tem um peruano que não respeita o capitão. Ele pesca, mexe no lago etc.”.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

“Não há nenhum projeto para essas áreas, nem dos padres, nem da prefeitura. Nunca teve. Há três anos, Belém fez um projeto para gado e a Funai nunca aprovou. Walmir falou de um açude mas nunca chegou nada”.

SUGESTÕES PARA O PCE:

- *“Em primeiro lugar, os capitães acham que eles devem ser treinados, através da CGTT, para controlar seu território – carteirinha do Ibama, e saber mexer com dinheiro – contabilidade. Só assim a organização vai ficar mais forte.*
- *Para denunciar e controlar melhor o território, é necessário mais rádios e alguns motores para deslocamento entre as aldeias.*

- *Depois de tudo isso, quando os Ticuna denunciarem, é preciso que Funai, Ibama e Polícia Federal tenham força para tirar os invasores”.*

GRUPO 3. T.I. ÉVARE I- MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA E TABATINGA

(REUNIÃO DA CGTT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Vendaval e Derengüine.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Viviano Arapago, Manuel Domingo, Jordão Alfredo, Hilson Otávio, Hilto Abraltar, Marcelino Manuel.

RECURSOS NATURAIS: Não se queixaram de escasseamento de recursos. Afirmam que embora Vendaval não possua lagos, nos igarapés há abundância de pescado. Há também madeiras e animais de caça que todos da comunidade cuidam.

CONFLITOS: Afirmam que no momento não há problemas com posseiros ou invasores.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Não tiveram nenhuma. Uma cantina, importante para a comunidade comprar suas necessidades básicas, fechou devido à má gestão financeira. (confirmar?).

SUGESTÕES PARA O PCE:

- *Através da Cggt, dar apoio à educação e saúde (apoio na construção de uma escola em Derengüine e fornecimento de medicamentos), ao saneamento básico e abastecimento de água para as duas comunidades.*
- *Fornecimento de voadeiras para o serviço da comunidade, ferramentas de trabalho, máquinas para processar a farinha e gerador elétrico.*
- *Capacitação de lideranças nas áreas de saneamento, administração e apoio material.*

GRUPO 4. T.I. ÉVARE I- MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA E TABATINGA

(REUNIÃO DA CGTT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Campo Alegre, Santa Clara, Floresta Amazônica, Marco da Redenção, Torre da Missão, São Domingos I, São Domingos II e Santa Terezinha.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Jorge Tomás, Plínio A. Jerônimo, Ernesto M. Santiago, Milton da Silva, Jeconio F. da Silva, Amado Batalha, Miguel Gomes, Morango Miguel da Silva, Ricardo José da Silva, Nestor G. Euzébio, Getúlio C. Euzébio, Jeremias Xisto Hilário, Daniel Olípio, Claudinor V. Macário, João G. Macário, Lauriano, Sizino, Danilo Macário, Valdir Marco, Augustinho Basílio, Evandro S. Macário, Mário Trindade, Aquinello Pereira, Abel M. Macário, Dozário Macário Mariano, Jorge D. Domingo, Sancir R. Luizinho, Azário Luiz Roque.

RECURSOS NATURAIS: Escassez da caça devido à entrada de estranhos na área, devido à falta de fiscalização e segurança adequadas. A pressão sobre os recursos pesqueiros exercida por pescadores profissionais de Tefé, Coari e Manaus está levando a uma redução dos estoques. A madeira de lei também está se tornando escassa, devido à retirada por brancos e ao estímulo, nesta época, dado por políticos em campanha que distribuem moto-serra. Embora não tenham restrições quanto à terra para cultivo, demandam ajuda técnica para aumentar a produção.

“A caça está diminuindo por causa de muita gente estranha na área Évare I, por falta da garantia e segurança na área. Os órgãos responsáveis alegam que não têm recursos para este tipo de atividade.

O peixe também está diminuindo, porque muitos barcos pesqueiros vêm de Tefé, Coari ou de Manaus

até a comunidade para pescar sem pedir autorização da nossa autoridade.

A madeira está acabando, principalmente a madeira de lei. Nesta época de política, os grandes candidatos distribuem moto-serra na suas campanhas para ganharem os votos dos eleitores. Por sua vez, os ribeirinhos vão nas áreas indígenas em busca de madeira.

Quanto à agricultura, temos espaço livre para o plantio mas atualmente precisamos de orientação técnica para produção de grande quantidade”.

CONFLITOS: Denúncia de pesca profissional clandestina no rio Jacurapá, praticada por pescadores procedentes da comunidade Boa Esperança.

“No rio Jacurapá, há pescadores que entram clandestinamente para pegar peixes abundantes que não são índios da comunidade Boa Esperança. Utilizam redes profissionais de pesca. Com isso as comunidades do rio Jacurapá têm sua tranquilidade perturbada”.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nunca tiveram mas esperam que possam se beneficiar com o PCE.

“Bem que gostaríamos de ter, ainda não tivemos nenhum projeto de conservação. Somos totalmente esquecidos pelas autoridades da nossa Nação. Mas com o Projeto Corredores Ecológicos, podemos melhorar nossa situação”.

SUGESTÕES PARA O PCE: Cursos de capacitação para gerenciamento de projetos, fortalecimento institucional da Funai, Ibama e Polícia Federal para garantir a vigilância das terras indígenas.

- *Cursos de capacitação e formação profissional de diversos ramos: projetista, contabilidade e administração*
- *Estruturar com infra-estrutura atuais, as organizações indígenas, o Ibama, a Funai e a Polícia Federal.*
- *Garantir a vigilância dos territórios indígenas junto com a Funai, Ibama e PF.*
- *Remunerar a assessoria técnica de não-índio para capacitar a organização indígena e orientar os dirigentes no que for necessário, até as organizações ficarem equilibradas.*

GRUPO 5. T.I. ÉVARE II- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

(REUNIÃO DA CGTT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Paraná do Ribeiro, Vera Cruz, Nazaré, Novo Jerusalém, Centro Bom Jesus, Porto Alegria, Novo Lugar.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Pedro Inácio Pinheiro, Sílvio M. Lopes, Celso M. Rufino, Sebastião G. Luciano, Orlando L. Geraldo, Arante J. Rabelo, Hirino Gomes, Olício da S. Gomes, Paulino M. Nunes, Duque S. Gaspar, Zilto S. Ataíde, Aroldo Carvalho, Eduardo J. Rabelo, Sildo S. Doroteio, Alfredo Q. Geraldo, Oscar M. Z. Luciano.

RECURSOS NATURAIS: Não descreveram.

CONFLITOS: Não descreveram.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Não descreveram.

SUGESTÕES PARA O PCE:

- *Incentivar a produção agrícola, a comercialização e transporte dos produtos cultivados;*
- *Apoiar a preservação de lagos;*
- *Construir um açude para criação de peixe;*
- *Fortalecer o papel da Funai para fiscalizar as áreas indígenas.*

- (“1). Na sua comunidade, Pedro Inácio queria ajuda do PCE para preservar lagos.
 2). Na sua comunidade, o cacique Sebastião da aldeia Novo Jerusalém queria ajuda do PCE para fazer plantações de castanha, cupuaçu e café.
 3). Na sua comunidade, o cacique Hirino da aldeia Camatiá queria projeto para plantio.
 4). Na sua comunidade, o cacique Adimilso queria ajuda para trabalhar com as pessoas para fazer um açude.
 5). Na sua comunidade, o cacique Paulino do Porto Alegre queria ajuda do projeto para fazer uma plantação.
 6). Na sua comunidade, o cacique Sildo da aldeia Nazaré queria ajuda do projeto para fazer uma plantação de cacau, buriti e açai.
 7). Em comunidades de terra firme, plantio de café, pupunha, cacau, castanha, guaraná e cupuaçu. Em comunidade de várzea, plantio de arroz, feijão, milho e cacau.
 8). Orientação e apoio à comercialização da produção agrícola – transporte e preço.
 9). Dar condições para que o chefe de posto possa ajudar a defender a área indígena de invasões de peixeiros, caçadores e madeireiros”).

GRUPO 6. T.I. VUI-UATA-IN - MUNICÍPIO DE AMATURÁ E MARAITÁ E S.FCO. DO
 CANIMARI, ÁREAS SENDO DEMARCADAS

(REUNIÃO DA CGTT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Canimaru e Nova Itália

PARTICIPANTES DO GRUPO: Juvenal A. Augusto, Manuel C. Mendes Rabelo, Deolindo Líbano, Zenóbio Sales, José dos Santos.

RECURSOS NATURAIS: Na região do rio Curuí não há escassez de recursos naturais (caça, madeira, pesca e terra para plantio), apenas a variação natural da pesca determinada pela alteração sazonal do ambiente.

“A situação no rio Curuí. Existe muita caça ainda mas precisamos melhorar a preservação para termos abundante. O pessoal do Amaturá espanta os animais e eles vem parar em nossa área do Curuí.

A pesca nesta região varia conforme a época do ano. Por exemplo, os peixes grandes saem para outras regiões no verão, só permanecendo peixes pequenos. Em Maraitá existem seis lagos onde há muitos peixes, peixes-boi, pirarucu e outros.

Existem muitos tipos de madeira como puxari, seringueira, andiroba, cutieira, abacatirana, cedro preto e branco, itaúba, acariquara, pau-rosa, cauixi, maçaranduba e outras.

Existe espaço livre para plantio, que deve ser com as plantas frutíferas da região. Precisamos ter orientação de agrônomos para melhorar nossa plantação”.

CONFLITOS: Denúncia da permanência de um posseiro, com criação de gado, na ilha do Maraitá e demanda para retirá-lo.

“Há invasão na ilha do Maraitá. Um fazendeiro, Camões, tem 160 cabeças de gado. A ilha pertence à comunidade indígena. Precisamos que ele seja retirado”.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

“Não temos projetos de conservação, manejo ou desenvolvimento”.

SUGESTÕES PARA O PCE: Valorização da cultura Ticuna e fortalecimento institucional das organizações governamentais de apoio (Funai, Ibama, PF).

- *“Ajudar a promover a valorização e o reconhecimento da cultura Ticuna.*
- *Fortalecer os nossos aliados – Funai, Ibama e Polícia Federal”.*

GRUPO 7. ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TICUNA (AMIT)

(REUNIÃO DA CGIT).

PARTICIPANTES DO GRUPO: Carmem, Judina, Josiane, Juliane, Izelina, Maria e Chica

ALDEIAS REPRESENTADAS: Cajari II, Vendaval, Filadélfia e Porto Cordeirinho.

SUGESTÕES PARA O PCE: Demandaram apoio à sua organização (documentação, capacitação administrativa e ajuda financeira para realização de reuniões), apoio à produção e comercialização de artesanatos e à preservação dos conhecimentos da medicina tradicional.

- *Construção de abrigos para guardar os artesanatos, depois de ter recebido uma certa quantia para ajudar na comercialização de vendas.*
- *Apoio para plantação de tucum que serve para fazer os artesanatos (tinturas caseiras).*
- *Orientação das Mulheres Ticuna para capacitação de entendimento.*
- *Proposta para conservação da medicina caseira.*
- *Apoio para a Organização das Mulheres – ajuda de transporte e realização de reuniões para nos organizarmos.*
- *Apoio dos Corredores Ecológicos para documentar a Amit e ser registrado o seu Estatuto”.*

GRUPO 8. T.I. ÉVARE I, ÉVARE II, UMARIAÇU, FEIJOAL- MUNICÍPIOS DE TABATINGA, BENJAMIN CONSTANT, SÃO PAULO DE OLIVENÇA

(REUNIÃO DA FOCCITT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Ourique, Emaú, Cidade Nova, Supão, Vendaval, Umariçu.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Aureliano Mendes Gabriel, Duque L. Araújo, Elson J. Felix, Maciel Tauana, Paulo H. Mendes, Amauri Parente Forte, Avelino Mendes, Pedro Mendes Gabriel, Rosindo Ramos Matos, Ossolino Itero Gabriel, Francisco da Cruz Mendes.

RECURSOS NATURAIS: Os estoques pesqueiros estão sendo reduzidos e os principais responsáveis são invasores não índios e também os próprios ticunas. Os animais de caça, antes abundantes, são raros atualmente e correm risco de extinção. Os estoques de madeira estão reduzidos. Com relação à agricultura, há limitações ambientais ao crescimento da produção nas restingas da várzea.

“Pesca: Na comunidade indígena de Ourique na área Évare I do município de Tabatinga, nos lagos Torquato, Coatá, Nazaré, Jurupari, o igarapé de Ourique, igarapé Tacana está havendo muita invasão de pescadores de várias comunidades ticunas e não índias de várias localidades, praticando pesca predatória porque essas pessoas não têm orientação técnica. Igualmente acontece nas comunidades de Nossa Senhora de Nazaré na área Évare I, no município de Tabatinga, Bom Jesus, Vila Bahia, Paranaçara I e II, Bibiano do Açacão, Lago do Uruá, na área indígena Évare II, no município de São Paulo de Olivença. As outras comunidades do mesmo município, do Igarapé Jacurapá, na área indígena Évare I sofrem os mesmos problemas de depredação da pesca.

Caça: Há 35 anos atrás, na área indígena Feijoal, São Leopoldo, Espiritual, Bom Intento, município de Benjamin Constant. Nas áreas indígenas Évare I e II, no município de Tabatinga e S. Paulo de Olivença. As áreas indígenas Vui-uata-in, Betânia I e II, no município de S. Antônio do

Içá, Amaturá, Auati-paraná, no município de Tonantins, Estrela da Paz, no município Foz do Jutá, havia muitas caças, animais de todas as espécies, tanto répteis e quadrúpedes, esses animais andavam de grande rebanho pelas margens do rio Solimões. Os caciques Ticuna entendem que daqui a 10 anos todas essas espécies vão ser extintas por causa da grande depredação avançada das aves, como as garças, maguari, socós, mergulhão, carará, jaburi, tutyuyu, todos os locais de produções estão sendo violados. Essa história foi narrada pela senhora Francisca Augustinho Félix, esposa do cacique da comunidade Cidade Nova, Elsen Félix, quando ela tinha 10 anos de idade.

Madeira: As madeiras de lei não existem mais em grande quantidade como acapu, cedro vermelho, cedro branco, cedrorana, macacaúba, louro branco, louro preto, jacareúba, maçaranduba, itaúba, caivichi, maúba etc. Da mesma forma, as madeiras que servem de materiais para construção de casas etc.

Terra para plantio: Nas áreas indígenas há duas espécies de terra firme e as áreas de várzea têm duas espécies de terra, chavascal e restinga. Os ticunas usam sempre as terras da várzea mas usam mais as restingas porque é mais fértil e não inundam. Essas áreas são insuficiente para grande quantidade da população Ticuna da várzea. Produções: melancia, macaxeira, banana, milho, feijão, cacau. Nessa terra não dá para plantar laranja, cupuaçu, abacaxi, limão, pupunha. Na terra firme são plantadas a pupunha etc., devido a que a terra é diferente em relação a sua aridez. Mas nós vemos que temos necessidades de plantas para produzir mais e algumas áreas são insuficientes”.

CONFLITOS: A pesca clandestina e a sobre pesca foram apontadas como os maiores problemas.

“Os maiores problemas com os recursos naturais são com os peixes que a maior quantidade desse peixes nobres como o surubim, dourado, piratiba, pacamu, pirarara, pirabutão, piramutaba, chamados peixes de couro (liso), o tambaqui, pirarucu, tucunaré, os filhotes de aruanã como peixe ornamentais são retirados das áreas indígenas Ticuna clandestinamente, cará pintado, cardinais que são levados para fora do Brasil clandestinamente”.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

“Não existe nenhum tipo de projeto mas pode ser que com o apoio do PCE vamos ter? Não recebemos apoio nem da prefeitura, Ibama, Funai, exércitos, missionários pior com os políticos”.

SUGESTÕES PARA O PCE: Capacitação das lideranças nas áreas de contabilidade, administração e desenho de projetos. Apoio material para a Focitt atuar melhor na fiscalização das áreas. Apoiar e fortalecer a Funai, Ibama e P.F. para que possam exercer seus papéis na fiscalização das áreas. Concluir a demarcação das áreas Ticuna. Desenvolver um projeto específico de proteção para a área sagrada dos Ticunas (Évare) e outras áreas sagradas. Envolver os ribeirinhos nos trabalhos de conscientização ecológica e preservação.

- *Abrir cursos de capacitação de várias áreas par os líderes indígenas como contabilidade, administração e preparo de fiscais e projetistas.*
- *Estruturar com infra-estrutura atuais a Focitt para melhor viabilizar a fiscalização das áreas.*
- *Fortalecer os aliados Funai, Ibama, P.F. e outros para que os mesmos não venham negar algumas solicitações dos cacique dizendo que não têm dinheiro.*
- *Demarcar as áreas indígenas que ainda não estão demarcadas.*
- *Criar um projeto específico de proteção para a área sagrada dos ticunas aonde Yo'i pescou o povo Ticuna e outras áreas sagradas.*
- *Criar um projeto específico para os ribeirinhos para resgatar também os ensinamentos sobre preservação da natureza.*
- *Que seja criado um grupo de técnicos projetistas não-índios bem remunerados para dar assessoria aos trabalhos até que os técnicos indígenas estejam preparados.”.*

GRUPO 9. T.I. SANTO ANTÔNIO, BOM INTENTO, PORTO ESPIRITUAL, SÃO LEOPOLDO, LAURO SODRÉ E UMARIAÇU- MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

(REUNIÃO DA FOCCITT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Filadélfia, Bom Caminho, Bom Jardim, Porto Cordeirinho, Bom Intento, Novo Paraíso, Porto Espiritual, Vida Nova, São Leopoldo, Porto Lima, S. Francisco, Bom Pastor I, Lauro Sodré, São João de Veneza, Guanabara III, São Luiz, Umariçu I, Umariçu II.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Atos F. Vasques, Floriano Pinto de Souza, Alcila Joaquim Estevão, Augusto F. Dique, Dudu Moçambique, Manoel Pereira Santos, Juvenal Lisboa Galdino, Leôncio Fernandes Pinto, Valdir Mauduca Ramos, Porfírio Joanico Clemente, Francisco Moiarare Pissango Filho, Augusto Manoel Pinheiro, Reginaldo Sebastião Miguel, Álvaro Bastos Auate, Aldemício Suzano Bastos (Adir), Júlio Pedro Almeida Filho.

RECURSOS NATURAIS: Não declararam.

CONFLITOS: Não declararam.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

“Todas as áreas Ticuna demarcadas no Alto Solimões não possuem nenhum tipo de projeto ou programa dessa natureza que esteja em atividade ou fase de execução e experiência pois o PCE vai ser o primeiro grupo que vem a ter com a tribo Ticuna. Logo a título de sugestão gostaríamos que fosse executado seu recurso financeiro através da Focitt”.

SUGESTÕES PARA O PCE:

- *Todas as áreas proponentes e comunidades localizadas nestas seis áreas acham a iniciativa do governo de suma importância. As áreas estão em situações de extrema dificuldade em relação aos seus recursos naturais. Enfrentam grande número de invasões, ameaças dos não indígenas como fazendeiros, posseiros, pescadores clandestinos e caçadores. Por essa razão sugerimos que seja elaborado um projeto de fiscalização, preservação, reflorestamento, repovoação de lagos e conservação dos recursos naturais das referidas áreas.*
- *Que seja feito em todos os perímetros das áreas demarcadas, o plantio com árvores nativas ou com plantas frutíferas, servindo como marco vivo das terras demarcadas.*
- *Construção e elaboração de projetos de piscicultura das áreas onde não existem lagos, como alternativa econômica para gerar renda própria para as comunidades.*
- *As áreas não demarcadas têm que ser demarcadas como Lauro Sodré, Umariçu, Nova Esperança (Jandiutuba), Matintim etc.*
- *Solicitamos às organizações e entidades do governo como Ibama, Funai, Corredores Ecológicos, Polícia Federal e Focitt que se unam em um acordo comum de somar a força conjunta para alcançar os objetivos deste projeto.*
- *Preservar, fiscalizar e elaborar Projetos de Conservação da Área Sagrada Ticuna Évare no igarapé da Aldeia Vendaval e todas as áreas pertencentes à tribo Ticuna com projetos de fiscalização, preservação, de alternativa econômica, de renda própria das comunidades da tribo Ticuna.*
- *Para melhor execução, desenvolvimento e retorno satisfatórios deste inédito projeto, é preciso que cada comunidade tenha os meios de transporte exclusivo para esse fim (motor marca Yamaha 40 HP) com seu bote de alumínio assim como ter recurso para despesa com a gasolina e conserto dos motores em caso de algum dano de suas peças.*
- *Solicitamos também ajuda de custo (alimentação) para os caciques e voluntários ecológicos ticunas.”*

GRUPO 10. T.I. FEIJOAL- MUNICÍPIO DE S. P. DE OLIVENÇA

(REUNIÃO DA FOCCITT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Feijoal

PARTICIPANTES DO GRUPO: Esmeraldo Bastos, Isabel Fernandes (Filadelfia), Leonardo Manoel, Abelito Fernandes, Bichara Ramos, Gilberto Fernandes, Jukio Angarito, Juvita Augustinho, Alipe Fernandes, Ozébio Feli, Abelardo Lourenço, Bichara André, Sildomar F. de Almeida, Nazita Fernandes, Maria Mendes, Luzia Daniel, Undino Pedrosa, Lalita de Almeida, Adney Francisco José, Pitásio A. Pacajo, Valdir Almeida, Sebastião Cândido, Plínio Florentino, Daniel Felix, Cícilio Torres, Jadio André Florentino, Eduardo Caetano, Jorge Manoel Pedro, Ernesto João Fernando, Edir Gomes Ramos, Cândido Augustinho Felix, J. Bentes de Almeida, J. Reno Cecílio, Calisto Parente.

RECURSOS NATURAIS: A pressão da extração dos recursos naturais tem aumentado bastante nos últimos anos, tanto a que é realizada por invasores brancos quanto a que decorre do aumento da própria população Ticuna. Forneceram testemunhos de várias espécies antes abundantes que agora são difíceis de achar. Com relação ao comércio com os colombianos, relataram que os pescadores, como os agricultores, são produtores rurais de pequena escala. Vendem mais para os colombianos porque eles pagam melhor. Benjamin e Tabatinga não têm frigorífico e lá não há um bom mercado para o peixe. Até peixeiros de Manaus vêm vender na Colômbia. Pescam para comercializar porque precisam comprar vários artigos básicos. Mas se preocupam: *“Como vamos repor o que perdemos?”*

“A situação atual dos recursos naturais: nas terras indígenas estão sendo ameaçados, escassos e até mesmo extintos por causa dos invasores estrangeiros como colombianos e até pelos moradores ribeirinhos.

Recursos escassos, diminuindo ou ameaçados: Caça: anta, catitu, onça pintada, veado, guariba, capivara e outros. Pesca: pirarucu, peixe-boi, tartaruga, tracajá, piraíba, jacú, pirarara e está mesmo ameaçado de extinção é o dourado. Madeira: cedro, jacarandá, louro, mogno, jacareúba, gariúba. Terra para plantio: na área estão em risco de erosão fluvial por falta de educação e não podemos mais derrubar as matas virgens porque está proibido pelo Ibama”.

CONFLITOS: Invasões por pescadores e madeireiros.

“O conflito que enfrentamos em relação aos recursos naturais nas áreas indígenas são: invasão dos lagos e rios para exploração de madeira e falta de recursos para nos desenvolvermos outros ramos de atividades que não ponham em risco os recursos naturais existentes nas nossas áreas”.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

“Na nossa área, nós não temos nenhum tipo de projeto de conservação, manejo ou desenvolvimento e no momento nós povos da comunidade indígena Feijoal desejamos ajuda do PCE.”

SUGESTÕES PARA O PCE: Como Feijoal é a aldeia mais central, propõem que centralize um trabalho de vigilância das aldeias Porto Alegre, Canaã, Cidade Nova e o próprio Feijoal. Gostariam de conseguir cinco rádios para essas aldeias e um motor 40 HP e bote de alumínio de 9m para a fiscalização do manejo do lago. Solicitam recursos para combustível e outros gastos com a preservação ambiental (como treinamento de fiscais, construção de casas de vigilância, computador e até de um helicóptero para fiscalizar a área do CE). Sugerem investimento em alternativas econômicas de produção (piscicultura, avicultura, reflorestamento e plantio de ervas medicinais) para diminuir a pressão extrativa dos recursos naturais. Entendem que o PCE deve também financiar saneamento básico, abastecimento de água e tratamento do lixo, principalmente em aldeias grandes como Feijoal (1.840 habitantes). Refletiram sobre a relação entre o tamanho da área de Feijoal (46.000) e as possibilidades de exploração econômica. Reconhecem a necessidade de manejo para garantir a sobrevivência pois há o risco da terra demarcada servir apenas *“para morarmos mesmo”*.

- *Criar um fundo destinado à proteção e preservação do meio ambiente. Esse fundo deverá ser administrado pela comunidade que já tem seu cadastro na receita federal.*
- *Investimento para desenvolver outros ramos de atividade que não ponha em risco os recursos naturais como piscicultura, avicultura, reflorestamento e plantações das ervas medicinais.*
- *Fundo para instalação de saneamento básico na comunidade, abastecimento de água e coletor de lixo.*
- *Aquisição de equipamentos para vigilância da área envolvida pelo PCE como rádios de comunicação, treinamento de vigilantes voluntários pelo Ibama, construção de casas de vigilância entre o limite de baixo e de cima de Feijoal, compra de computador que visa a programar e identificar as áreas onde está sendo ameaçado pelos invasores e aquisição de um helicóptero para vigilância na área de atuação do PCE.”*

**GRUPO 11. T.I. VUI- UATA-IN, BETÂNIA, FEIJOAL, ÉVARE I E NOVA ESPERANÇA –
MUNICÍPIOS DE TABATINGA, S. P. DE OLIVENÇA, S. ANT. DO IÇÁ E AMATURÁ**

(REUNIÃO DA FOCCITT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Umarirana, Betânia, Monte das Oliveiras, Canaã, Vista Alegre, Gaspar (Nova Esperança) e Varvener (?).

PARTICIPANTES DO GRUPO: João Pereira, Irineu Manduca, Francisco Manduca, Fernando Chico Miguel, Manoel Santos, Quirino Santiago, Giovenzo Chico Miguel, Edson Felipe da Costa, Cesário Marco Ramos, Ovídio Manoel Inácio, Rufino Ovídio, Benigno Elautério, Jeremias Avelino Elautério, Augusto Paulo Rosindo, Nascimento Candido Luiz, Manoel Salvador, Otávio Gonzaga, Malaquias Manoel Sales, Elis Isaac.

RECURSOS NATURAIS: Animais de caça estão se tornando escassos. A redução da população das principais espécies de peixe comercializadas é evidenciada pela diminuição no tamanho dos peixes vendidos, que reconhecem comprometer mais ainda os estoques. Principais tipos de madeira também são difíceis de encontrar. A agricultura não é um problema.

“Nós queremos a preservação das nossas áreas já demarcadas. Está faltando tartaruga, peixe-boi, pirarucu, tambaqui, queixada, anta, jabuti, paca e demais outros como macaco, cutia, araras, papagaio, filhote de maguari, macaco barrigudo, em algumas áreas falta jacaré, onça.

Antes os pirarucus eram grandes, de 50 a 80kg, até de 100kg. Agora já estão vendendo pirarucu de 2-3kg. Da onde vêm os filhotes de pirarucu? Tambaqui, mesma coisa. Antes agente olhava tambaqui de 20kg, agora já vendem de 2-3kg.

Também falta madeira como andiroba, cedro, jacareúba, itaúba, maúba, carbiche, outras.

Agora, as terras para plantio não faltam. Tem bastante terra para plantar o que quiser dentro da área já demarcada”.

CONFLITOS: Invasões principalmente por madeireiros mas também com posseiros.

“Os brancos estão de olho na madeira da nossa área que é o que dá mais dinheiro para eles e por isso estão de briga com agente porque nossa área está demarcada. E nossa área é rica de todo tipo de madeira e as áreas dos brancos já não têm mais madeira boa. Também ocorrem problemas com peixeiros. Às vezes os cacique fala para eles irem embora mas eles não respeitam. Também tem pequenos invasores para fazer roça na comunidade de Japecoa, na área da Betânia”.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

SUGESTÕES PARA O PCE: Apoio material para fiscalização das áreas para ajudar o povo Ticuna a preservar.

- *O projeto pode ajudar para que o povo Ticuna se preocupe em preservar os recursos naturais, para*

cuidar de lagos, de sua área já demarcada.

- *Também é preciso melhorar a vigilância das áreas por nós mesmos, dando os meios necessários para isso como voadeira, ou barco, e o combustível para o motor durante a fiscalização”.*

GRUPO 12. T.I. ÉVARE I e ÉVARE II - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

(REUNIÃO DA FOCCITT).

ALDEIAS REPRESENTADAS: Campo Alegre, Bom Jesus, N. S. Nazaré, Paranapara I, Vila Bahia..

PARTICIPANTES DO GRUPO: Adércio Custódio Manuel, Nelson Pedrosa Mariano, Augusto Basílio José, Abdão Salvador Gomes, Alfredo Guimarães Castro, Berezinho Anastácio, Manduquinho Guedes Batalha, Filadelfo Bartolomeu Olímpio.

RECURSOS NATURAIS: Evidência de escassez dos recursos naturais explorados por métodos extrativos enquanto que a produção agrícola é reconhecida como diferenciada de acordo com as condições ambientais e tipos de terreno.

“Ainda há peixe mas bem pouco, não como era antigamente que tinha com facilidade. A caça também está ficando pouca, só encontra bem longe, tem que andar muito mesmo para encontrar. A madeira também está ficando bem pouca, como as que servem para fazer canoa, casa, como cedro, andiroba, acapu, jacareúba, louro e outras. Estão diminuindo e só existem já fora da reserva indígena. Alguns lagos da reserva ainda têm bastante tambaqui, pirarucu e outras espécies de peixe. Escassos estão a tartaruga, o tracajá e o famoso peixe-boi.

Para agricultura a terra firme é boa porque primeiramente plantamos mandioca, banana, abacaxi, batata e depois de colhido ficam as frutas como laranjeiras, abacateiro, ingá, abiu, mapati e outras fruteiras permanentes. A terra da várzea também é bastante importante porque dá muito bem mandioca, melancia, milho, melão, pepino, banana, feijão e verduras em geral. Por isso a várzea é também muito importante, só que é temporário e não permanente como a terra firme”.

CONFLITOS: Mencionaram a participação dos ticunas em atividades de mercado e o uso do timbó como fonte de problemas em relação aos recursos naturais, além da invasão de peixeiros e madeireiros.

“Em algumas áreas Ticuna estão acontecendo conflitos em relação aos recursos naturais. Alguns índios mesmo pescam com timbó nos lagos, igarapés e lagoas que ficam nas florestas e ilhas. Também há pesca predatória nas reservas com redes e malhadeiras para vender em cidades como Tabatinga e Letícia – Colômbia. A madeira também está sendo explorada pelos brancos que compram madeira dos índios para revendê-las nos municípios de Tabatinga, S.P. de Olivença, B. Constant e no Peru e Colômbia”.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Não relataram nenhuma experiência e quando indagados sobre a experiência da construção de açudes, relataram as dificuldades com relação à tubulação e as fortes chuvas mas não refletiram sobre a experiência como tendo sido um projeto, nem exploraram as lições aprendidas.

SUGESTÕES PARA O PCE: Dar apoio à fiscalização e à realização de reuniões regulares para acompanhar os trabalhos e mediar eventuais conflitos. Treinar agentes ambientais voluntários. Realizar projetos ecológicos cuja composição seja “pluri-étnica”, envolvendo brancos e Kokamas, para garantir a efetividade dos esforços da preservação.

- *Apoiar a preservação ajudando na fiscalização das áreas e na organização de reuniões para acompanhar o trabalho de preservação e resolver conflitos.*
- *Treinar agentes ambientais.*
- *Fazer projetos em parceria com ribeirinhos e Kokamas para garantir a preservação”.*

5.4 PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS, ENTENDIMENTO DO PROJETO E SÍNTESE DAS SUGESTÕES APRESENTADAS PELAS LIDERANÇAS TICUNA DO ALTO SOLIMÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PCE

Os principais problemas ambientais nas terras Ticuna do Alto Solimões são semelhantes aos relatados no Médio Solimões. O escasseamento dos principais recursos naturais – caça, pesca e madeira – se deve tanto ao problema da invasão de suas terras e pressão de exploração por pessoas de fora, quanto ao crescimento da população indígena. Esta última causa tem maior prevalência nas terras de alta densidade demográfica como Santo Antônio, Umariçu e Bom Intento, que possuem respectivamente densidades demográficas de 112, 50 e 12 hab./km², como mostra a tabela 3.

Tabela 3. Densidade demográfica das TI do Alto Solimões, segundo os dados populacionais do “Atlas Ticuna” (1998, diversas fontes).

Terra Indígena	População*	Área (ha)	Hab./km ²
Tukuna Sto. Antônio	1.192	1.065	111,9
Tukuna Umariçu	2.450	4.900	50,0
Bom Intento	195	1.613	12,1
Tukuna Feijoal	1.840	40.948	4,5
Tukuna Porto Espiritual	102	2.839	3,6
Tukuna Lauro Sodré	317	9.600	3,3
Nova Esperança	150	6.400	2,3
Betânia	2.446	122.769	2,0
Évare I	7.546	548.177	1,4
Vui-Uatá-In	1.452	121.199	1,2
São Leopoldo	815	69.271	1,2
Évare II	1.299	176.206	0,7
Maraitá	137	46.941	0,3
	Σ=19.941	Σ=1.151.928	χ=15,0

Em comparação com as terras do Médio Solimões, a densidade demográfica no Alto Solimões é muito elevada, apresentando uma média geral de 15 habitantes por km² ao passo que naquela região a densidade não chega a 5 hab./km². Deve-se notar que os dados populacionais não são recentes e que as densidades demográficas podem estar subestimadas.

Um problema específico do Alto Solimões é a invasão de lagos por pescadores ligados direta ou indiretamente a comerciantes (patrões) colombianos. (Este problema é um dos temas de trabalho do projeto Várzea/PPG7 e seu desenvolvimento deve ser acompanhado).

As sugestões apresentadas pelos grupos do Médio e Alto Solimões são também semelhantes – ênfase na fiscalização das terras, formação de agentes ambientais, fortalecimento das instituições governamentais de apoio, apoio ao desenvolvimento da produção agrícola e à comercialização da produção.

Ao contrário do Médio Solimões, o papel de instituições parceiras (Igreja, Cimi etc) não foi mencionado. Em seu lugar foi enfatizada a intenção de alcançar a auto-sustentabilidade de suas próprias organizações. Cada uma das organizações demandou apoio para seu próprio fortalecimento e designou papel central à sua organização no desenvolvimento do PCE. Demandam tanto apoio para equipamentos quanto contratação de assessores brancos para fornecerem treinamento na área de administração. Requerem treinamento em contabilidade e para a função de ‘projetistas’ até que se tornem autônomos na criação e gerenciamento de projetos para suas terras.

Duas sugestões se mostraram originais – o desenvolvimento de ações de conservação integrando ribeirinhos e índios Kokama, e o apoio à preservação de sua área sagrada Évare. Estas duas propostas atendem a orientação do PCE para a promoção da conservação da biodiversidade e a definição de ações abrangendo diversos segmentos sociais. A integração inter-étnica em projetos como educação ambiental, vigilância e manejo pode reduzir os conflitos relacionados à competição por recursos naturais - como as denúncias recíprocas de invasão. Acordos inter-étnicos de colaboração podem ser promovidos bem como a convocação conjunta em reuniões destinadas a definir as ações do PCE.

A área sagrada dos Ticuna, localizada nas proximidades do igarapé de São Jerônimo na área de Évare I é descrita na sua mitologia como sendo o local onde foram pescados por seu deus Yo'i (como descrito na citação da página 22). Conforme conversas anteriores com a antropóloga Neila Soares e seguindo a proposta do PCE de apoiar as demandas indígenas “em troca” de seu compromisso de reservar áreas destinadas à conservação da biodiversidade, foi perguntado aos dois grupos o que pensavam de requerer apoio à preservação de sua área sagrada. Como mostram os relatórios dos dois grupos, a proposição foi incorporada sem questionamento. A importância dada ao Évare é comum a toda a etnia e os Ticuna dos três países reconhecem sua mesma localização. Na reunião da Cggt estava presente um grupo de Ticunas colombianos que tinha vindo ao Brasil especificamente para tentar chegar à área sagrada. Vieram também discutir com os brasileiros a idéia de construir um templo no local, para visitas religiosas do povo. Conforme explicaram, poucos Ticuna já viram o Évare e poucos poderão vê-lo pois é preciso estar ritualmente purificado para poder enxergar a casa, o anzol e o caniço usados por Yo'i, que ainda estariam localizados no igarapé Évare. A área sagrada é culturalmente preservada – há tabus proibindo a caça e a moradia na região. A vegetação é descrita como baixa, nunca cresce nem morre, os animais que lá habitam são encantados e, conforme a versão do mito, os irmãos Yo'i e Ipi teriam retornado à área e lá estariam habitando.

As sugestões para o “urbano” Ticuna – saneamento básico, tratamento de água e lixo, tem fundamento. Aldeias como Belém do Solimões, Campo Alegre e Betânia são maiores que algumas das sedes municipais. A pertinência de alguma ação neste sentido dentro das propostas do PCE precisa ser esclarecida.

5.5 OBSERVAÇÕES FINAIS – POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES À DEFINIÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS (PDPI) NO ALTO SOLIMÕES

O fato das sugestões que os capitães apresentaram para o PCE terem focalizado principalmente projetos de aldeia e não as Terras Indígenas, sugere que não existe atualmente unidades políticas centradas nas Terras Indígenas, como ocorre no Médio Solimões. Além dos Ticuna do Alto Solimões estarem dispersos em várias terras, estão também distribuídos entre duas organizações políticas. Apesar da síntese das sugestões mostrar semelhanças nas ações propostas, há problemas para definir sua implementação.

Considerando apenas a amostra da distribuição das lideranças entre as organizações baseada na lista de presença das duas reuniões, observa-se que há sobreposição das organizações em quatro terras, Évare I, Sto. Antônio, Évare II e Vui-Uata-In, e exclusividade de afiliação a uma ou outra organização nas outras terras. Esta distribuição é apresentada na tabela 4. Este quadro deve ser visto como indicativo da situação política atual dos Ticunas do Alto Solimões - não como sugestão de divisão das ações entre os dois grupos.

Tabela 4. Distribuição das lideranças presentes às duas reuniões do Alto Solimões segundo sua afiliação política.

Terra Indígena	Mun.	N Aldeias representadas na reunião da Cggt.	N Aldeias representadas na reunião da Focitt	Pop.	Área (ha)
Betânia	SAI		2	2.446	122.769
São Leopoldo	BC		4	815	69.271
Feijoal	SPO		2	1.840	40.948
Lauro Sodré	BC		3	317	9.600
Umariçu	TBT		2	2.450	4.900
Porto Espiritual	BC		1	102	2.839
Bom Intento	BC		2	195	1.613
Nova Esperança	(?)		1	S.I	S.I
Évare I	TBT/ SPO	21	6	7.546	548.177
Sto. Antônio	BC	2	1	1.192	1.065
Évare II	SPO	7	5	1.299	176.206
Vui-Uatá-In	AMT	2	1	1.452	121.199
Maraitá	AMT	1		137	46.941
S.Fco. do Canimari	AMT (?)	1		S.I	S.I
CGTT					
FOCITT					
Total de aldeias em cada reunião		34	29		
Total de terras em cada reunião		6	12		
Terras em que são maioria		6	8		
Terras em que são exclusivas		2	8		

A questão da implementação de ações do PCE junto aos Ticuna do Alto Solimões deve ser objeto de discussão ampla com os próprios Ticunas e assessores e mediadores que trabalham com eles há longa data. Este mapeamento geo-político pode servir para nortear os debates sobre as possibilidades de implementação do PCE no Alto Solimões, mostrando que até para definir quem tem a maioria depende do critério de avaliação – aldeia, terra, hectares ou população. A título de informação também, é importante notar que a ADR de Tabatinga tem bom trânsito com as duas organizações. De qualquer modo, acreditamos que qualquer ação deve ser conjunta, integrando os Ticuna de ambas as organizações para que as medidas de conservação sejam efetivamente definidas e implementadas, sem que se tomem, elas mesmas, alvo de disputa política.

6. SOBREPOSIÇÕES ENTRE TIs E UCs

Há 11 unidades de conservação na região do Médio e Alto Solimões e no Japurá que estão localizadas contiguamente ou sobrepostas a Terras Indígenas. Além das 7 unidades de conservação apontadas no 3ª versão do PCE, existe também a Reserva Extrativista do Médio Juruá, Reserva Extrativista do Baixo Juruá, Reserva Extrativista do Baixo Jutá e a Reserva Extrativista Auati-Paraná, estas três últimas aguardando decretação.

Segundo também a 3ª versão do PCE, entre estas unidades de conservação, receberão apoio para elaboração e/ou implantação de seu plano de manejo a Estação Ecológica (Federal) Juami-Japurá, Floresta Nacional de Tefé, Reserva de Desenvolvimento Sustentado de Mamirauá (Estadual), Reserva Ecológica (Federal) Juami-Japurá, Reserva Ecológica (Federal) Jutá-Solimões e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (Estadual).

A tabela 5 indica a relação das unidades de conservação e as terras indígenas a elas sobrepostas ou contíguas. Desta lista, apenas as terras indígenas Jaquiri, Porto Praia, Cuiu-Cuiu e Tupã Supé se relacionam efetivamente e participam dos trabalhos realizados por uma unidade de

conservação, a RDS Mamirauá. Estão localizadas na área focal desta unidade que teve seu plano de manejo elaborado, enquanto que as terras indígenas P.L.Paricá e Auati-Paraná se localizam na região subsidiária do Mamirauá, que será implantada com apoio do PCE. A sobreposição entre as terras indígenas e as Resex que serão decretadas, listadas na tabela, requerem confirmação do Cnpt/Ibama.

Tabela 5: Sobreposição ou contiguidade entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Corredor Central da Amazônia localizadas no Médio e Alto rio Solimões e no rio Japurá.

N	Unidades de Conservação	Município	Área (ha)	T. Indígenas Relacionadas
1	Área de Relevante Interesse Ecológico Javari-Buriti	Sto Antônio do Içá?	15.000	T.I. Betânia
2	Estação Ecológica (Federal) Juami-Japurá (**)	Japurá	572.650	T.I. Matintim
3	Floresta Nacional de Tefé (**)	Tefé, Alvarães?	1.020.000	T.I. Juruá
4	Reserva de Desenvolvimento Sustentado de Mamirauá (Estadual) (**)	Uarini/Fonte Boa	1.124.000	T.I. Jaquiri, Porto Praia, Cuiú-Cuiú, Tupã Supé, Paraná do Lago Paricá e Auati-Paraná
5	Reserva Ecológica (Federal) Juami-Japurá (**)	Japurá	173.180	TI Paraná do Boá Boá
6	Reserva Ecológica (Federal) Jutai-Solimões (**)	Jutai	284.285	T.I. Betânia
7	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (Estadual) (**)	Maraã	2.377	T.I. Cuiú-Cuiú
8	Reserva Extrativista do Médio Juruá	Carauari	253.226	T.I. Rio Biá
9	Reserva Extrativista do Baixo Juruá *	Juruá	165.000	T.I. Rio Biá, Betânia e Macarrão ?
10	Reserva Extrativista do Baixo Jutai *	Jutai	160.000	T.I. Kumaru do Lago Ualá e Miratu?
11	Reserva Extrativista Auati-Paraná *	Fonte Boa	90.000	TI Auati-Paraná e P.Boá Boá ?

(*) Resex em fase de decretação. Cnpt/Ibama e Prelazia de Tefé.

(**) Unidades de conservação localizadas no Médio e Alto Solimões e Japurá que receberão o apoio do Projeto Corredores Ecológicos para a preparação e implantação de Planos de Manejo, segundo a 3ª versão do PCE/MMA/Ibama/PPG7.

Com exceção do Mamirauá, as outras unidades de conservação são desconhecidas pelos líderes indígenas – mesmo a existência da Flona de Tefé, quando apresentada no mapa, causou surpresa. Um amplo trabalho de divulgação destas unidades entre a população indígena deve ser realizado para permitir a integração dos esforços de manejo e conservação entre os componentes do PCE.

7. OBSERVAÇÕES FINAIS - ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NO PCE

A maioria dos participantes fez questão de observar que esta era a “primeira vez que agente ouviu falar...” do PCE. Mesmo com pouco tempo para desenvolver maiores discussões sobre as possibilidades do projeto, os grupos apresentaram sugestões concretas para a definição de um plano para os povos indígenas no PCE. Como resumidas na tabela 6, as sugestões dos grupos do Médio e do Alto Solimões têm pontos em comum.

Tabela 6. Síntese das sugestões apresentadas pelas lideranças do Médio e do Alto Solimões.

SUGESTÕES DOS POVOS DO MÉDIO SOLIMÕES	SUGESTÕES DOS TICUNAS DO ALTO SOLIMÕES
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Criação de um sistema regional de fiscalização das terras indígenas.</i> • <i>Acelerar as demarcações, consideradas condição prévia a qualquer esforço de conservação.</i> • <i>Fortalecer as instituições governamentais responsáveis pelo apoio e efetivação das atividades de vigilância (Ibama, Funai, Polícia Federal, Ministério Público, Incra, Idam etc).</i> • <i>Fortalecer as parcerias existentes entre os povos indígenas e não governamentais como Cimi, Prelazia, Uni-Tefê, Projeto Mamirauá etc.</i> • <i>Realizar estudos de potencial econômico nas diversas regiões para assessorar projetos que visem a geração de alternativas econômicas, redução da dependência e da pressão de exploração dos recursos naturais e melhoramento da renda econômica dos povos indígenas.</i> • <i>Criação de entrepostos comerciais e redes de comércio indígena para reduzir a dependência do comércio com o regatão e aumentar a renda.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Apoio material (rádios e motores) e treinamento de agentes ambientais para fiscalização das áreas.</i> • <i>Conclusão dos trabalhos de demarcação</i> • <i>Fortalecimento das instituições de apoio – Funai, Ibama, Polícia Militar.</i> • <i>Apoio e capacitação para gerenciamento de projetos para as organizações indígenas (Amit, Cgtt, Focitt).</i> • <i>Desenvolvimento de alternativas econômicas (agricultura, piscicultura, artesanato) e apoio à comercialização.</i> • <i>Envolver ribeirinhos e índios de outras etnias nos trabalhos de conscientização ecológica e preservação ambiental.</i> • <i>Projetos de urbanização (saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo) para as aldeias com populações maiores.</i> • <i>Valorização da cultura Ticuna.</i> • <i>Projeto específico para proteção da área sagrada dos Ticunas (Évare) e outras áreas sagradas.</i>

As ações do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas no PCE devem contribuir para que as Terras Indígenas consigam ser ou se mantenham auto-sustentáveis. A maioria das terras indígenas ainda não tem a sua demarcação de fato concretizada - a demanda geral pela implantação de sistemas de fiscalização revela que elas não têm existência social reconhecida ou respeitada. Somente após a finalização das demarcações e a imposição de sua existência através de sistemas de fiscalização efetivos é que a implantação de medidas de conservação e de sistemas de manejo sustentáveis poderá ter resultados seguros.

Pode-se dizer que o principal elo que une as diferentes terras e segmentos sociais do corredor é o mercado, que tem maior poder de definir usos do meio ambiente do que o próprio estado brasileiro. Enquanto que nas unidades de conservação é possível implantar um "governo ecológico", que regule o uso dos recursos naturais para garantir a conservação da biodiversidade e o uso sustentável do meio ambiente, nas outras áreas, o uso do meio ambiente é submetido à determinação do mercado. Embora sejam também territórios de jurisdição diferenciada, ao contrário das unidades de conservação, as terras indígenas não possuem uma legislação que assegure a integridade ambiental, sendo necessário criar uma "mentalidade ecológica" a partir da definição de regras de uso e acordos internos feitos pelos próprios índios. Devido à sua vinculação ao mercado e restrição a territórios fixos, os povos indígenas tem consciência da necessidade de discutirem e definirem regras de uso comum do seu ambiente. A participação dos povos indígenas no PCE atende portanto, a uma demanda às vezes latente outras vezes reconhecidas pelos povos indígenas.

A importância do consumo de mercadorias para a sobrevivência e reprodução dos grupos

indígenas deve ser levada em conta nos estudos para a definição de sistemas de manejo. A quantidade e qualidade das mercadorias consumidas é variável entre os povos mas há um básico comum a todos (chamam às vezes de "necessidades") como o açúcar, o sabão, sal, óleo, roupas, combustíveis e equipamentos de trabalho. As mercadorias são obtidas através de uma produção para a venda de modo que o uso dos recursos naturais e o consumo de mercadorias estão intimamente ligados e geralmente baseados em uma única relação comercial (com o regatão).

A relação dos povos indígenas com o mercado, como acontece entre os ribeirinhos, define suas intenções econômicas e grande parte do uso que fazem do ambiente. A "ecologia" deve ser, por esse motivo, entendida como um recurso econômico adicional ou alternativo para estes povos e, como recurso econômico, deve trazer benefícios utilitários tangíveis.

Como mostram os depoimentos das lideranças indígenas, melhores condições de comercialização e assessoria técnica para incrementar a produção agrícola são demandas recorrentes entre eles. Se não forem criadas alternativas econômicas que reduzam a pressão das atividades extrativas sobre os recursos naturais, o aumento das necessidades de consumo de mercadorias - uma tendência praticamente irreversível - vai acarretar na degradação das condições ambientais (e portanto sociais) das terras indígenas.

A competição pelos recursos naturais da região pode ser apontada como questão central e urgente para a definição de um plano de ação para o PCE na região. Esta competição, que condensa os principais problemas ambientais e sociais da região, apresenta uma complexa lista de causas e implicações sócio-ambientais. Por esse motivo, deve ser objeto de análise cuidadosa no decorrer da definição do plano.

Algumas características desta competição podem ser listadas, a título de citação somente. As principais causas do aumento da pressão sobre os recursos são o crescimento populacional (principalmente urbano mas também rural), o crescimento do mercado e o avanço tecnológico.

A indefinição das propriedades (tanto na terra firme quanto na várzea) e a falta de obediência aos limites de terras indígenas e unidades de conservação, aliadas à ênfase no extrativismo como principal sistema de produção, dificultam a definição de soluções para os conflitos que decorrem da competição por recursos naturais.

O escasseamento dos recursos naturais - com casos de extinção localizada de várias espécies de peixe, madeira e caça - é a principal consequência ambiental desta competição, que, para as populações, leva a uma deterioração de suas condições de sobrevivência e no aumento do êxodo rural (principalmente para os ribeirinhos).

Estes problemas são reconhecidos pelos povos desta região que por isso apresentaram demandas claras para o PCE, apresentadas acima. Estas sugestões refletem o reconhecimento dos problemas sócio-ambientais que enfrentam e expressam sua opinião sobre possíveis soluções.

8. LISTA DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS PRESENTES NAS TRÊS REUNIÕES DO SOLIMÕES

REPRESENTANTES DO MÉDIO SOLIMÕES

TI Ticuna Estrela da Paz

Aldeias: Bugaio (Estrela da Paz) e Boa Vista.

1. Afonso Maricaua (Kokama)
2. Francisco Romão dos Santos (Ticuna)

TI Acapuri de Cima (Kokama) e TI Ticuna Espírito Santo

Aldeias: Acapuri de Cima e Novo Progresso

3. Benjamim Santiago (Acapuri de Cima)
4. Jucelino Neves Ferreira (Kokama de Espírito Santo)

TI Ticuna Porto Praia e TI Jaquiri (Kambeba)

Aldeias: Jaquiri e Porto Praia

5. Adelmo Sevalho Pinto
6. Juvenal Macário
7. Ademar da Rocha
8. Elane da Silva Ferreira
9. João Fernandes Cruz
10. Antônio Barbosa
11. José Nivaldo Pontes
12. Roberto Fernandes Cruz
13. Maria Celina dos Santos
14. Solange Fernandes Cruz
15. Inês Marques
16. Maria Lúcia Fernandes Cruz
17. Leonilda Cruz
18. Marilene F. Cruz
19. Andrina Marques Cruz.

TI Méria (Miranha) e TI Igarapé Grande (Kambeba)

Aldeias: Méria e Igarapé Grande

20. Raimundinho Cruz (tuxáua Kambeba)
21. Raimundo Cardenes (AIS)
22. Gercino Farias (tuxáua Miranha)
23. Oquimar Maia Farias
24. Maria Alice Maia Farias.

TI Marajá (Mayouruna) e Ticuna Tupã Supé

Aldeias: Marajá e Tupã Supé.

25. Manoel Rigoberto
26. Genival de Oliveira
27. Lourival de Oliveira
28. Otinelson
29. João Neves
30. Idalena
31. Genisse
32. Zuza dos Santos Cavalcante
33. Maria Marlene da Silva Castro (Mayouruna)
34. Sebastiana
35. Esmeralda Vieira
36. Maria Nazaré
37. Deodoro Vieira
38. Francisco das Chagas (Ticuna).

TI Ticuna Macarrão

Aldeias: Santa Fé (Ticuna e Kokama), Bacabal e Castanhal (Ticuna)

39. Raimundo dos Santos Lima (capitão Santa Fé)
 40. Ivo Albina (Castanhal)
 41. Euzébio dos Santos (Bacabal)
TI Paraná Paricá (Kanamari), TI Urubaxi (Kanamari – Maku) e TI Cuiu-Cuiu (Miranha)
 42. José Ramos Aparício (Miranha)
 43. Maria de Nazaré de Benjamim
 44. Meire Terezinha Kanamari e Irene da Silva (Kanamari)
TI Ticuna (Kambebe e Kokama) Barreira das Missões
 Aldeias: Betel (Kambebe), Nova Esperança (Kokama) e Barreira de Cima (Ticuna)
 45. Brás de Paula
 46. Josaiás Medeiro Ribeiro
 47. Zacarias Medeiro
 48. Jaci dos Santos Medeiros
 49. Francisco dos Santos
 50. Paulo dos Santos (Kambebe)
 51. Evanildo Ramos
 52. Antônio Santos
 53. Aldemir Cordeiro
 54. Raimundo Cruz
 55. Cristóvão Codeiro
 56. Magnólia (Kokama)
 57. Francisco Ramos
 58. João Boaventura da Silva
 59. Raimundo Boaventura e Martinha (Ticuna).
TI Kulina Kumaru Lago do Ualá
 Aldeia Maapiranga.
 60. Jodsino
 61. Dsomami Birango
 62. Adsalo
 63. Jodso.
Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões (Amims).
 64. Sebastiana da Silva Vieira
 65. Maria Marlene da Silva Castro
 66. Maria Nazaré Pinto de Oliveira
 67. Inês Marques
 68. Magnólia
 69. Maria Alice.
Cimi, Funai, Uni-Tefé e Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé
 70. Jean R. P. Jacintho (Cimi-Tefé)
 71. André da Cruz Kambebe (UNI-Tefé)
 72. Caludemir Queiroz (Ass. Jurídica Prelazia de Tefé)
 73. Eurípedes A. Brito (PIN-Juruá) e Walter da Silva Siqueira (PIN-Jutai).
 REPRESENTANTES DAS T.I DO ALTO SOLIMÕES
 REUNIÃO DA CGTT
T.I. Sto. Antônio - município de Benjamin Constant
 Aldeias: Filadélfia e Porto Cordeirinho.
 74. Danilo Fernandes
 75. Carmem Tamaia
 76. Bernaldo Moçambique
 77. João Vasquez
 78. Luciana Almeida
 79. Ademir Aiambo
 80. Pedro Agostinho
 81. Ademar Fernandes
 82. Izelina Guilherme
 83. Hilda Feliz

84. Paulino Aiambo
85. Josiane Guilherme.

TI Évare I

Aldeias: Belém do Solimões, Piranha, São Fernando, Novo Maranhão, Boa Vista, Nova Esperança do São Jerônimo, Barro Vermelho, Porto Água Limpa, Cajari II, Santa Rosa, Cajari I.

86. Manoel S. Eduardo
87. Clóvis Isídio
88. Juvito Ricardo
89. Francisco P. Cruz
90. Amaldo C. Marco
91. Melito Arapaso
92. Alberto Jonas
93. Manelito J. Cersa
94. Benedito André
95. Artur Firmino
96. Manoel Elizardo
97. Manduca M. Jonas
98. Juvenal M. Jonas
99. Fernando Saldanha
100. Abidão Zaguri.

T.I. Évare I

Aldeias: Vendaval e Dere güine.

101. Viviano Arapago
102. Manuel Domingo
103. Jordão Alfredo
104. Hilson Otávio
105. Híto Abraltar
106. Marcelino Manuel.

T.I. Évare I

Aldeias: Campo Alegre, Santa Clara, Floresta Amazônica, Marco da Redenção, Torre da Missão, São Domingos I, São Domingos II e Santa Terezinha.

107. Jorge Tomás
108. Plínio A. Jerônimo
109. Ernesto M. Santiago
110. Milton da Silva
111. Jeconio F. da Silva
112. Amado Batalha
113. Miguel Gomes
114. Morango Miguel da Silva
115. Ricardo José da Silva
116. Nestor G. Euzébio
117. Getúlio C. Euzébio
118. Jeremias Xisto Hilário
119. Daniel Olípio
120. Claudinor V. Macário
121. João G. Macário
122. Lauriano
123. Sizino
124. Danilo Macário
125. Valdir Marco
126. Augustinho Basílio
127. Evandro S. Macário
128. Mário Trindade
129. Aquinello Pereira
130. Abel M. Macário

131. Dozário Macário Mariano

132. Jorge D. Domingo

133. Sancier R. Luizinho

134. Azário Luiz Roque.

T.I. Évare II

Aldeias: Paraná do Ribeiro, Vera Cruz, Nazaré, Novo Jerusalém, Centro Bom Jesus, Porto Alegria, Novo Lugar.

135. Pedro Inácio Pinheiro

136. Sílvio M. Lopes

137. Celso M. Rufino

138. Sebastião G. Luciano

139. Orlando L. Geraldo

140. Arante J. Rabelo

141. Hirino Gomes

142. Olício da S. Gomes

143. Paulino M. Nunes

144. Duque S. Gaspar

145. Zilto S. Ataíde

146. Aroldo Carvalho

147. Eduardo J. Rabelo

148. Sildo S. Doroteio

149. Alfredo Q. Geraldo

150. Oscar M. Z. Luciano.

T.I. Vui-uata-in, Maraitá e S.Fco. do Canimari

Aldeias: Canimaru e Nova Itália

151. Juvenal A. Augusto

152. Manuel C. Mendes Rabelo

153. Deolindo Libano

154. Zenóbio Sales

155. José dos Santos.

Associação das Mulheres Ticuna (Amit) (Reunião da CGTT).

Aldeias: Cajari II, Vendaval, Filadélfia e Porto Cordeirinho.

156. Carmem

157. Judina

158. Josiane

159. Juliane

160. Izelina

161. Maria

162. Chica

REUNIÃO DA FOCCITT

T.I. Évare I, Évare II, Umariçu, Feijoal

Aldeias: Ourique, Emaú, Cidade Nova, Supão, Vendaval, Umariçu.

163. Aureliano Mendes Gabriel

164. Duque L. Araújo

165. Elson J. Felix

166. Maciel Tauana

167. Paulo H. Mendes

168. Amauri Parente Forte

169. Avelino Mendes

170. Pedro Mendes Gabriel

171. Rosindo Ramos Matos

172. Ossolino Itero Gabriel

173. Francisco da Cruz Mendes.

T.I. Santo Antônio, Bom Intento, Porto Espiritual, São Leopoldo, Lauro Sodré e Umariçu

Aldeias: Filadélfia, Bom Caminho, Bom Jardim, Porto Cordeirinho, Bom Intento, Novo Paraíso, Porto Espiritual, Vida Nova, São Leopoldo, Porto Lima, S. Francisco, Bom Pastor I, Lauro Sodré, São João de Veneza, Guanabara III, São Luiz, Umariçu I, Umariçu II.

174. Atos F. Vasques
175. Floriano Pinto de Souza
176. Alcila Joaquim Estevão
177. Augusto F. Dique
178. Dudu Moçambique
179. Manoel Pereira Santos
180. Juvenal Lisbão Galdino
181. Leôncio Fernandes Pinto
182. Valdir Manduca Ramos
183. Porfírio Joânico Clemente
184. Francisco Moiarare Pissango Filho
185. Augusto Manoel Pinheiro
186. Reginaldo Sebastião Miguel
187. Álvaro Bastos Auate
188. Aldemício Suzano Bastos (Adir)
189. Júlio Pedro Almeida Filho.

T.I. Feijoal

Aldeia: Feijoal

190. Esmeraldo Bastos
191. Isabel Fernandes (Filadélfia)
192. Leonardo Manoel
193. Abelito Fernandes
194. Bichara Ramos
195. Gilberto Fernandes
196. Júlio Angarito
197. Juvita Augustinho
198. Alipe Fernandes
199. Ozébio Feli
200. Abelardo Lourenço
201. Bichara André
202. Sildomar F. de Almeida
203. Nazita Fernandes
204. Maria Mendes
205. Luzia Daniel
206. Undino Pedrosa
207. Lalita de Almeida
208. Adney Francisco José
209. Pitásio A. Pacajo
210. Valdir Almeida
211. Sebastião Cândido
212. Plínio Florentino
213. Daniel Felix
214. Cícilio Torres
215. Jadio André Florentino
216. Eduardo Caetano
217. Jorge Manoel Pedro
218. Ernesto João Fernando
219. Edir Gomes Ramos
220. Cândido Augustinho Felix
221. J. Bentes de Almeida
222. J. Reno Cecílio
223. Calisto Parente.

T.I. Vui-uata-in, Betânia, Feijoal, Évare I e Nova Esperança

Aldeias: Umarirana, Betânia, Monte das Oliveiras, Canaã, Vista Alegre, Gaspar (Nova Esperança) e Varvener (?).

224. João Pereira

225. Irineu Manduca

226. Francisco Manduca

227. Fernando Chico Miguel

228. Manoel Santos

229. Quirino Santiago

230. Giovenzo Chico Miguel

231. Edson Felipe da Costa

232. Cesário Marco Ramos

233. Ovídio Manoel Inácio

234. Rufino Ovídio

235. Benigno Elautério

236. Jeremias Avelino Elautério

237. Augusto Paulo Rosindo

238. Nascimento Candido Luiz

239. Manoel Salvador

240. Otávio Gonzaga

241. Malaquias Manoel Sales

242. Elis Isaac.

T.I. Évare I e Évare II

Aldeias: Campo Alegre, Bom Jesus, N. S. Nazaré, Paranapara I, Vila Bahia.

243. Adércio Custódio Manuel

244. Nelson Pedrosa Mariano

245. Augusto Basílio José

246. Abdão Salvador Gomes

247. Alfredo Guimarães Castro

248. Berezinho Anastácio

249. Manduquinho Guedes Batalha

250. Filadelfo Bartolomeu Olímpio.